



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO - PDTU

MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM PLANEJAMENTO
DO DESENVOLVIMENTO – MINTER NAEA-UFPA/FACIMP

Antonio Esmerahdson de Pinho da Silva

**A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COLÔNIA DE PESCADORES DE
IMPERATRIZ ZONA 29 (CPI Z-29), ESTADO DO MARANHÃO**

Belém
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO - PDTU

MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM PLANEJAMENTO
DO DESENVOLVIMENTO – MINTER NAEA-UFPA/FACIMP

Antonio Esmerahdson de Pinho da Silva

**A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COLÔNIA DE PESCADORES DE
IMPERATRIZ ZONA 29 (CPI Z-29), ESTADO DO MARANHÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito
parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Planejamento do Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian

Belém
2005

Silva, Antonio Esmerahdson de Pinho da.

A organização social da Colônia de Pescadores de Imperatriz Zona 29 (CPI Z-29), estado do Maranhão / Antonio Esmerahdson de Pinho da Silva. - Imperatriz / Belém, 2005.

98f. II.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da UFPA como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Planejamento do Desenvolvimento / Universidade Federal do Pará, 2005.

1. Organização social. 2. Colônia de Pescadores de Imperatriz Z-29. 3. Pesca artesanal. 4. Mudança social / produtiva. 5. Imperatriz / Maranhão. I. Silva, Antonio Esmerahdson de Pinho da. II. Título.

CDU 639.2 : 301

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO - PDTU

MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM PLANEJAMENTO
DO DESENVOLVIMENTO – MINTER NAEA-UFPA/FACIMP

Antonio Esmerahdson de Pinho da Silva

**A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COLÔNIA DE PESCADORES DE
IMPERATRIZ ZONA 29 (CPI Z-29), ESTADO DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de
Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Defesa: Belém, 10 de novembro de 2005

Banca examinadora:

Profª. Drª. Ligia T. L. Simonian
Orientadora, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro
Examinador interno, NAEA/UFPA

Profª. Drª. Wilma Leitão
Examinadora externa, DEAN/UFPA

A minha família, a meus amigos e, em especial, a minha mãe, Mary de Pinho.

AGRADECIMENTOS

À professora doutora e amiga, Ligia T. L. Simonian, pelas contribuições de orientadora e por sua presença em todos os momentos da pesquisa e da elaboração deste trabalho.

Aos professores doutores, Maurílio de A. Monteiro e Wilma Leitão, por terem aceito fazer parte da banca examinadora e a todos os professores e funcionários do NAEA, cujo empenho e disponibilidade contribuíram de forma significativa com a realização desse trabalho.

À Faculdade de Imperatriz (FACIMP), pelo apoio institucional e pela bolsa, o que se tornou imprescindível para que este trabalho chegasse a seu final.

À Faculdade Atenas Maranhense (FAMA), pelo apoio institucional sempre presente.

Ao Prof. Orsely Azevedo, pelas discussões que muito ajudaram nos momentos iniciais do Mestrado a precisar o objeto de estudo desta dissertação.

A minha família, em especial a minha mãe – Mary de Pinho – pelo apoio incondicional.

À Mônica Abutrab, pela compreensão e paciência nesse período turbulento, porém válido, pois viabilizou esta produção acadêmica.

Ao Albano Gomes, pela ajuda nos últimos momentos da finalização deste trabalho.

A todos que, de algum modo, colaboraram para a concretização deste passo muito importante para minha vida acadêmica e também para a realização de meu espírito.

Imperador Tocantins

Carlinhos Veloz

Do lado daquela cidade
Existe um rio de eternidade
Amores e barcaças
E barrancas e capins
Tucunaré piau e um matagal que é sem igual
Riacho do cacau a desaguar
No Tocantins
Toca essa água
Toca essa mágoa
Toca e deságua Tocantins
E quando é noite enluarada a água toda
Prateada atrai a meninada para
O Tocantins
E tudo então se faz canção às cordas de um violão
Nas mãos de um poeta lá
No Tocantins
E os nobres filhos da princesa
Frutos da mãe natureza cheios
De beleza
Vão pro Tocantins
A tarde cai e o sol se vai
Oh! Deus do céu abençoai
O imperador de imperatriz
O Tocantins
Tocantins

RESUMO

Nesta dissertação se analisa o processo histórico da formação social, política e econômica da Colônia de Pescadores de Imperatriz Zona 29 (CPI Z-29), estado do Maranhão. Inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica concernente aos movimentos sociais de uma forma geral e em seguida especifica-se as origens e a capacidade organizacional dos pescadores sindicalizados haja vista que as colônias possuem *status* de sindicato. Em seguida, estuda-se como se deu a evolução do movimento dos pescadores no sul do Maranhão e, conseqüentemente, na região de Imperatriz, ou seja, na área que corresponde à jurisdição dessa Colônia Z-29, detendo-se nos avanços conquistados pela classe principalmente no que diz respeito às políticas públicas voltadas para esse movimento social. Na reconstituição dos acontecimentos históricos e econômicos, procedeu-se não só ao estudo da CPI Z-29 que se solidificou no final da década dos anos de 1970, mais precisamente no ano de 1978, quando é fundada a entidade mencionada, mas também dos diversos ciclos de produção que a região de Imperatriz atravessou ao longo dos anos, procedeu-se também a um levantamento do *modus vivendi* dos pescadores, seus costumes, crenças e práticas adotadas pela classe antes e depois de se associarem de forma legal a uma entidade que nascia visando a organização e fomentando um crescimento para uma classe importante porém esquecida. No estudo do processo pertinente ao período de surgimento do movimento e capacidade organizacional dos pescadores, analisou-se as mudanças verificadas na vida econômica, política, cultural, ambiental e social motivadas pelas transformações da estrutura organizacional da classe dos pescadores intensificadas, principalmente, a partir da implantação dos projetos sociais incentivados pelo Governo Federal. E, ao final, trata-se do grau de visibilidade política dos pescadores, sua participação no processo decisório em nível municipal e os avanços conquistados pela CPI Z-29 desde a sua fundação.

Palavras-chave: Organização social; Colônia de Pescadores de Imperatriz Z-29; pesca artesanal; mudança social/produtiva; Imperatriz/Maranhão.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the historical processes of social, political and economic formation of the fishermen colony of Imperatriz Zone 29 (CPI Z-29), in the State of Maranhao. First, the theoretical base underlying social movements in general is introduced, followed by the origin and organizational skills of the unionized fishermen, since the colonies' status is similar of that of an union. The evolution of the fishermen movement in the south of Maranhao is examined. This is the area where the city of Imperatriz is located, corresponding to Z-29 Colony. The fishermen's achievements, mainly regarding public policies which favor the social movement, are also analyzed. Upon the reconstitution of historical and economic facts, we studied not only the CPI Z-29, which was established by the end of the 70's – more precisely in 1978, when it was created – but we also examined the production cycles which developed over the years, in Imperatriz. The fishermen's *modus vivendi* was thoroughly analyzed, covering their habits, beliefs, and practices before and after their legal association, aiming at the organization and growth of an important, but often forgotten class. Along with the study of the foundation of the movement and the organizational abilities of the fishermen, the changes in the economic, political, cultural, environmental, and social aspects caused by the transformations in the organizational structure were also analyzed. Such aspects were intensified by the social projects implemented and encouraged by the Federal Government. Finally, we discuss the political visibility of the fishermen, as well as their participation in the decision making process at the municipal level, which is one of the many achievements of the CPI Z-29, since its foundation.

Key words: Social organization; Fishermen Colony of Imperatriz Zone 29; traditional fishing; productive and social change; Imperatriz/Maranhao.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Limites legais aproximados da CPI Z-29	14
Figura 2: Capitania dos Portos	17
Figura 3: Rio Tocantins em terras goianas	43
Figura 4: O pescador Paulo Oliveira dos Santos, 26 anos, em espera sobre forquilha, na tentativa de observar a subida de cardumes no rio Tocantins	46
Figura 5: Esgoto lançado no rio Tocantins	48
Figura 6: Surubins mortos (família PМЕLODÍDEOS) pela contaminação de um afluente do Tocantins	49
Figura 7: Bacia do rio Amazonas	55
Figura 8: Bacia do rio Tocantins	55
Figura 9: Primeira Sede da CPI Z-29, em 1980	61
Figura 10: Parte interna do antigo prédio da sede da CPI Z-29	62
Figura 11: Raimundo Herênio Martins.....	64
Figura 12: Parte interna do prédio demolido da sede da CPI Z-29.....	65
Figura 13: Parte externa do prédio demolido da sede da CPI Z-29.....	66
Figura 14: Sr ^a Hilda da Cunha de Araújo, hoje com 66 anos. Na foto, aparece como empresária de peixe anos atrás.....	68
Figura 15: Placa de indentificação da lagoa de estabilização	83
Figura 16: Lago 1, localizado junto à cidade.....	83
Figura 17: Criatório de peixes no município de Senador La Rocque - MA.....	84
Figura 18: Pirarucu criado em cativeiro	84
Figura 19: Fábrica de gelo destruída no pátio da SINFRA	89
Figura 20: Compressor da fábrica de gelo abandonado na SINFRA	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Piracema em 2004/2005	53
Quadro 2: Espécies encontradas no rio Tocantins, segundo pescadores da CPI Z-29	56
Quadro 3: Presidentes da CPI Z-29, períodos dos mandatos e principais ações.....	63
Quadro 4: Documentos necessários para que o pescador receba o seguro desemprego	69

LISTA DE SIGLAS

AHIMOR – Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CP – Colônia de Pesca
CPI Z-29 – Colônia de Pescadores de Imperatriz Zona 29
DCPIS – Documento de Cadastramento do Programa de Integração Social
DF – Distrito Federal
DRC – Documento de Resumo de Cadastramento
FACIMP – Faculdade de Imperatriz
FAMA – Faculdade Atenas Maranhense
FMP – Federação Maranhense de Pescadores
GPS – Guia da Previdência Social
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MA – Maranhão
MMA – Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
MT – Ministério do Trabalho
MONAPE – Movimento Nacional da Pesca
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Pará
PI – Piauí
POP – Pescador Profissional
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RGP – Registro Geral de Pescador
RSPDA – Requerimento do Seguro-desemprego Pescador Artesanal
SEAP/PR – Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca/Presidência da República
SINFRA – Secretaria de Infra-Estrutura do Município de Imperatriz
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TO – Tocantins
TR – Taxa Referencial
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UFPA – Universidade Federal do Pará
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 O ENFOQUE TEÓRICO	17
1.2 PERSPECTIVAS DA NATUREZA, DA HISTÓRIA E DA CULTURA IMPERATRIZENSE	18
1.3 DA PESCA COMERCIAL AO SURGIMENTO DA COLÔNIA DE PESCA LOCAL	20
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA: ASPECTOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS	21
1.5 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	23
2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PESCA ARTESANAL: PERSPECTIVA TEÓRICA	25
2.1 COMUNIDADE <i>VERSUS</i> SOCIEDADE	26
2.2 ORIGENS DO PERSONALISMO	27
2.3 ASPECTOS ESTRUTURANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	29
2.4 PESCA ARTESANAL, CONCEITOS E DEFINIÇÕES	31
2.4.1 Como se realiza – as diversas modalidades/tecnologias	33
2.4.2 Os <i>loci</i> da pesca artesanal: rios, córregos ou igarapés, lagos	35
2.5 AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO	37
3 ANTECEDENTES AMBIENTAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS DA PESCA EM IMPERATRIZ – MA	42
3.1 O RIO TOCANTINS E AS DEMAIS ÁREAS PESQUEIRAS DE IMPERATRIZ - MA	42
3.2 A PESCA NO DENOMINADO “TEMPO DA FARTURA”	45
3.3 AS CONDIÇÕES DOS RIOS, DOS CÓRREGOS E DOS LAGOS	48
3.3.1 O quadro que se anuncia	50
3.3.2 O comércio	51
3.3.3 A produção e as espécies	52
3.4 A PIRACEMA E O DEFESO	52
3.4.1 Objetivos da regulamentação quanto à piracema	53
3.5 AS ESPÉCIES MAIS COMUNS	54

4 A CRIAÇÃO, A IMPLANTAÇÃO E A EXPANSÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-29	59
4.1 CONDIÇÕES PRELIMINARES	59
4.2 A CRIAÇÃO DA Z-29 E AS PRIMEIRAS LIDERANÇAS	61
4.3 PESCADORES CIDADINOS E RIBEIRINHOS; NÚMERO DE ASSOCIADOS; GÊNERO	66
5 A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA CONTEMPORÂNEA DA COLÔNIA DE PESCADORES	71
5.1 OS FEITOS DA COLÔNIA: CONSERVACIONISTAS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.....	72
5.2 A PRODUÇÃO E A PRODUTIVIDADE ATUAL – DIÁRIA, MENSAL E ANUAL... 75	
5.2.1 Comercialização	75
5.3 O MERCADO ATUAL – PARA ALÉM DOS LIMITES DE IMPERATRIZ – MA	76
5.4 A RENDA DA PESCA, O SEGURO DESEMPREGO DO PESCADOR ARTESANAL, A APOSENTADORIA E A RENDA FAMILIAR	77
5.5 AS ALIANÇAS POLÍTICAS, OS PARTIDOS, AS INSTITUIÇÕES (IGREJA, UNIVERSIDADES, E OUTRAS) E O MOVIMENTO SOCIAL GERAL	78
6 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA PESCA ARTESANAL IMPERATRIZENSE	81
6.1 A REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO REGIONAL.....	86
7 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	91
REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

A organização social de pescadores e pescadoras¹, num momento em que no Brasil o Estado intervém a partir da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP),² ganha destaque. Mas, os pescadores têm tentado se organizar em movimentos diversos – associações, movimentos com orientação religiosa³, colônias de pesca –, inclusive, quanto às relações de gênero (ALENCAR, 1993; CAMPOS, 1993; FURTADO, 1993b; MANESCHY, ALENCAR, NASCIMENTO, 1995; SIMONIAN, 2006). Essa categoria de trabalhadores, desde as origens histórico-culturais de Imperatriz, estado do Maranhão, faz parte da paisagem local. Esta dissertação, no entanto, trata da organização social dos pescadores ligados à Colônia de Pescadores de Imperatriz Zona 29 (CPI Z-29), cuja área de atuação se vê na Figura 1.

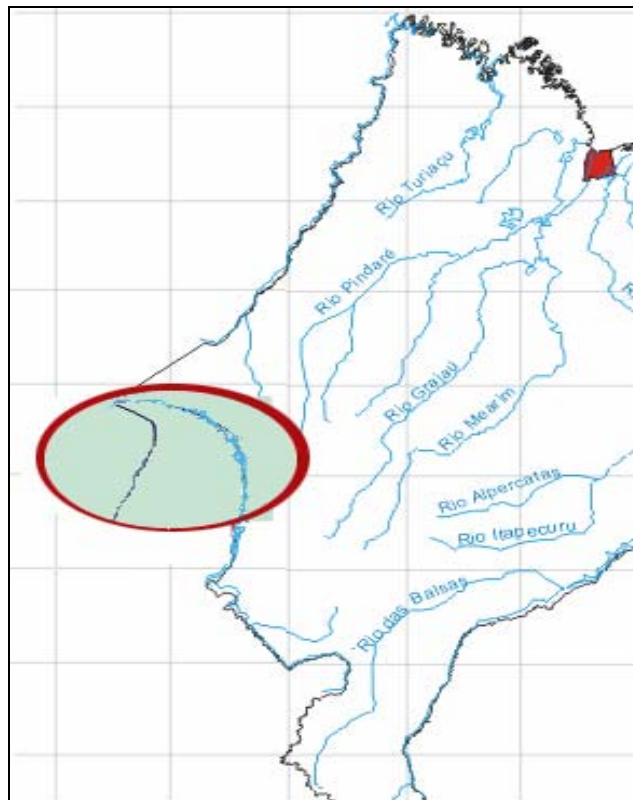


Figura 1: Limites legais aproximados da CPI Z-29
Fonte: CPI Z-29, 2005

¹ Embora se reconheça a importância das relações de gênero no contexto da pesca artesanal (ALENCAR, 1995; MANESCHY; ALENCAR; NASCIMENTO, 1995; SIMONIAN, 2006), a partir de agora, a não ser quando se referir especificamente às pescadoras, essa categoria de trabalhadores será mencionada como a dos pescadores.

² Órgão público ligado à Presidência da República.

³ A exemplo do Movimento Nacional da Pesca (MONAPE).

Note-se, no entanto, que os processos de organização da atividade pesqueira artesanal no país remontam aos tempos pré-coloniais. Àquela época, eram os indígenas que se organizavam em grupos familiares ou de aldeia para a captura de peixes. Então, o objetivo dessa atividade era tão somente a subsistência; ou seja, a extração se dava dentro dos limites da necessidade imediata dessa população. Nos tempos coloniais, enquanto atividade formalmente organizada, de acordo Furtado (2002) e Simonian (2004), tem-se evidências sobre os pesqueiros reais, implantados no Brasil de então e inclusive na Amazônia, para o abastecimento de funcionários e militares e ainda do Reino de Portugal.

Recentemente, tem-se a ação da Marinha de Guerra no sentido de institucionalizar as colônias de pescadores. Era a alternativa estatal para a solução de alguns problemas “nacionais”, dentre os quais estava o de se importar peixe e a necessidade de o país defender sua costa (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2005). Em 1919, no imediato pós-guerra e à época se tratava de uma política de defesa dos “interesses nacionais”, a expectativa era a de que os pescadores poderiam contribuir com o país. Segundo a concepção dominante entre os governantes à época, melhor que ninguém os pescadores conheciam o mar, os rios, os lagos e seus perigos, portanto, podiam ser chamados a integrar a política de segurança nacional.

Na era Vargas, precisamente no início dos anos de 1930, tentou-se dinamizar o setor pesqueiro artesanal no país. Então, foi instituída a Divisão de Caça e Pesca pelo Governo Federal, que teria a função de disciplinar a pesca (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2005). Na mesma oportunidade, os pescadores deixaram de estar subordinados ao Ministério da Marinha, situação que foi deslocada para o Ministério da Agricultura. Foi este Ministério que inclusive elaborou e conseguiu que se promulgasse o primeiro Código de Pesca do Brasil, em 1934 (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2005). Note-se que com o início da II Guerra Mundial, a categoria dos pescadores artesanais volta a ser subordinada ao Ministério da Marinha, que mais uma vez tentou “disciplinar e desenvolver” o setor pesqueiro.

No Brasil, a atividade da pesca, especialmente a artesanal, foi fortemente centralizada em termos de comando a partir da imposição do “regime militar”, em 1964. Então, instituiu-se um novo Código de Pesca, agora sob a égide do Ato Institucional nº. 5 (AI-5) (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2005). Neste ponto, importa observar que com todos esses deslocamentos político-administrativos, é nesse Código que ainda hoje vige que as políticas nacionais concentraram-se no estímulo à indústria pesqueira. Nestes termos, o que passou a interessar sobremaneira foi o acúmulo de divisas para o país em detrimento de medidas que prestigiassem a pesca artesanal, atividade importante para a sobrevivência de populações ribeirinhas, mas pouco representativa em termos de visibilidade econômica.

Mudanças ocorreriam a partir da promulgação da Constituição de 1988 quanto às colônias de pesca, mas o paradigma do conservadorismo organizativo persistiu. De fato e de acordo com Salomão J. de Santana Filho (2005, entrevista),⁴ estas colônias passaram a ter os mesmos direitos garantidos aos sindicatos de trabalhadores rurais. Esse ganho político deu-se, em parte, como resultado da luta dos pescadores a partir da sua organização, que à época se reuniu em Brasília, no Distrito Federal (DF).

Dez anos depois, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, o Ministério da Agricultura retoma o poder de disciplinar as atividades dos pescadores artesanais. O que fica evidente ao se percorrer a história da legislação específica, é que o segmento artesanal sempre esteve órfão de políticas que tivessem como objetivo o prestígio da atividade. Entretanto, com a criação da SENP, é possível que essa tendência se modifique, isto apesar dos conflitos *vis-à-vis* à expansão da pesca comercial e de outras atividades, a exemplo da poluição das águas e da destruição das matas ciliares.

A CPI Z-29 tem sede em Imperatriz, às margens do rio Tocantins, num local mais conhecido como “cais do porto”. Sua área jurisdicional e de operações, tem limites determinados pelo IBAMA que é o órgão fiscalizador ao qual está subordinada. A definição destes tem a ver com a necessidade desse órgão público de fazer fiscalização de atividades extrativistas, razão pela qual foi instituída uma área de atuação para cada colônia. No caso da CPI Z-29, pelo que se levantou em campo (A. E. DE P. DA SILVA, 2004, notas de campo/n. c.), a geografia dessa zona implica na área seguinte: ao norte pela confluência dos rios Tocantins e Araguaia e ao sul pela foz do riacho Lajeado, afluente do Tocantins, localizado no Município de Ribamar Fiquene - MA.

Essa Colônia está subordinada ao Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (MMA), através da Federação Maranhense de Pescadores (FMP). Já a agência da Capitania dos Portos em Imperatriz (ver Figura 2), é a instituição pública responsável pela fiscalização no que se refere ao fluxo barcos de pesca e de passageiros, bem como pela habilitação dos “colonizados”, como são chamados os filiados à CPI Z-29. Esta Colônia foi legalmente fundada em assembléia realizada a 30 de outubro de 1978 (COLÔNIA CPI Z-29, 1978), por aproximadamente 300 pescadores que estiveram à frente deste processo e se reuniram para esse fim. De acordo Salomão (2005, entrevista), atualmente, a mesma conta com aproximadamente 2.135 pescadores inscritos, em sua maioria homens.

⁴ Atual presidente da CPI Z-29.



Figura 2: Capitania dos Portos
Fonte: Acervo pessoal

1.1 ENFOQUE TEÓRICO

A perspectiva a partir da qual se aborda o problema poderia ser descrita como sendo sócio-política. Assim, parte-se da compreensão de que os seres humanos são essencialmente gregários, portanto compreende-se que os mesmos são em sua essência seres sociais e políticos, que precisam viver em relação com os demais. Já a compreensão desses seres sociais exige uma concepção sociológica que considere essas relações que tais humanos estabelecem entre si. A sociologia compreensiva de Weber (1991), que propõe uma visão complexa e não apenas exterior e objetificante dos seres humanos, é sugestiva quanto ao trabalho em curso.

E a pensar-se na identidade dos brasileiros, é de se considerar os elementos de origem, próprios da constituição do país, portanto herdados de ancestrais autóctones, europeus e africanos e, nesta direção, as relações existentes entre os mesmos. A analisar-se essa questão, por certo é pensá-la permeada de conflitos, e sendo assim, acredita-se que autores como Holanda (1995) podem contribuir sobre um entendimento que supere as dificuldades que se manifestam nesse objeto de estudo. E de posse desse instrumental teórico, pode-se partir para uma compreensão acerca dos movimentos sociais, das associações e das comunidades em que predomina a pesca artesanal.

No capitalismo, é possível compreender os conflitos, as associações ou as dissociações a partir das classes sociais que nele se relacionam. A respeito, o conceito de mercadoria de Marx (1983) subsume tal relação, pois para viabilizá-la tem-se o dono dos meios de produção e os que apenas detêm sua força de trabalho para viabilizar sua existência. Por sua vez, Weber (1991) orienta a compreensão dos grupamentos sociais a partir de suas origens. Uma associação, quando é formada com a finalidade de atingir determinadas metas e as persegue racionalmente, esse autor denomina de sociedade. O predomínio do índice de racionalidade dessa categoria seria o elemento que o distinguiria das comunidades das quais se diferencia. Nas comunidades, os participantes do grupamento se unem menos em razão de objetivos específicos, planejados para o grupo, mas a aproximação se daria em razão de uma identificação emocional entre os membros dos grupos, o que fundamenta a união.

Assim, a compreender-se a diferença entre sociedades e comunidades, tem-se que, se tiverem maiores aproximações com sociedades, os movimentos sociais podem se distinguir das organizações de natureza comunitária. Ou seja, no capitalismo podem subsistir movimentos sociais que não têm no lucro o único viés a partir do qual funcionam, portanto, podendo até negar esse modo de produção. Alguns desses movimentos tentam, por caminhos diferenciados em relação ao capitalismo, alimentar práticas sociais que os conduzem à reapropriação do controle do seu trabalho, uma categoria que é antes de teórica, real.

Portanto, o associativismo seria uma possibilidade que, por meio das flexibilidades do capitalismo, algumas classes de trabalhadores poderiam manter-se como donas de sua força de produção, do seu trabalho. Assim, é que a pesca artesanal ganha importância como uma alternativa viável que, mesmo para uma leitura capitalista, assume um papel econômico essencial em razão de, entre outras coisas, proporcionar emprego e renda para além das possibilidades da pesca industrial. Além disso, essa é uma atividade que pode ser facilmente sustentável em razão das possibilidades de manejo dos recursos naturais, de equipamentos e até mesmo das suas finalidades que muitas vezes não têm a ver com acumulação de capital.

1.2 PERSPECTIVAS DA NATUREZA, DA HISTÓRIA E DA CULTURA IMPERATRIZENSE

Historicamente, em Imperatriz, a pesca se fez e continua a se fazer no Tocantins, um rio que se encontra encravado no extremo oriental amazônico, seja banhando as terras dos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, seja na sua foz que fica nesse último estado

brasileiro. Sua extensão tem sido definida como de aproximadamente 2.416 quilômetros (MACEDO, 2002). É de se observar ainda, que um sem número de pequenos rios, córregos⁵ e lagos se relaciona com esse rio, funcionando por um lado como afluentes no que respeita à quantidade de água ou, por outro, como condutores de matéria orgânica indispensável à alimentação de espécimes vários.

Desde sua cabeceira, o Tocantins é também fonte de abastecimento de água e de alimentos para uma variedade de populações humanas. Estas, mesmo antes da chegada dos colonizadores, desde muito habitavam suas margens e adjacências, tendo o rio como fonte de sobrevivência em vários planos. A partir desse norte, pode-se dizer que a pesca constitui atividade “natural” das populações que sempre mantiveram relação com Tocantins.

É de se destacar, ainda, a participação dos indígenas que no passado povoaram a região e que de algum modo mantinham relações de dependência quanto aos recursos nele existentes (SIMONIAN, 2004, i. v.)⁶. À época, havia grande fartura de pescado. E, inexistindo o comércio como meio de acumulação, a extração dos recursos naturais do rio era usada tão somente para atender às necessidades das populações que dali retiravam seu sustento.

As características da cultura local são, simultaneamente, o resultado do relacionamento dos habitantes ribeirinhos com o rio e as condições de sobrevivência. Por outro lado, ações voltadas para a destruição do rio podem implicar em eliminação da cultura ribeirinha com base na pesca, tão antiga na região tocantina. E, certamente, a chegada dos colonizadores a partir das entradas que constituíram o centro do processo de povoamento das terras interioranas do Brasil, constituiu o princípio da exploração do rio Tocantins com a finalidade comercial.

E embora eles não tenham de imediato, passado a ver o rio como uma possibilidade comercial, trouxeram elementos culturais que terminaram por estabelecer padrões distintos de relacionamento com o rio, seja em razão de uma nova compreensão do ambiente natural, seja em razão da possibilidade de exportação do pescado ou, ainda, em razão do acréscimo da população local que demandou mais extração. A respeito, conforme Furtado (2002), a pesca predatória de tartarugas nesse rio iniciou-se cedo durante o período colonial. Esse desdobramento da expansão da colonização ao longo de seu trajeto tendeu a disseminar práticas predatórias, inclusive, quanto a outras espécies de pescado.

⁵ Esses cursos de água que fazem foz junto ao Tocantins constituem-se em berçários naturais para várias espécies de peixes, bem como celeiros de alimentos para as que deles se utilizam.

⁶ Simonian (2004, i. v.) referiu-se, recentemente, que muitos administradores, missionários e naturalistas registraram essa relação das nações indígenas que viviam junto ao Tocantins quanto a este rio.

1.3 DA PESCA COMERCIAL AO SURGIMENTO DA COLÔNIA DE PESCA LOCAL

Efetivamente, houve um tempo da fartura. Dentre outros indígenas, o cacique Parkatêjê de nome Kokrenum falou longamente a respeito à Ligia Simonian (2004, i. v.), quer sobre o pescado em geral e das tartarugas (*Podocnemis expansa* Schw.), dos tracajás (*Podocnemis unifilis* Trosch.), da caça, dos frutos e, neste caso, especialmente da castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* H. B. K. (LECYTHIDACEAE) Mart.). Mas, o que significou fartura em termos de recursos pesqueiros do rio Tocantins e afluentes e/ou lagos para estes e outros indígenas e demais populações não índias de tempos diversos?

Uma resposta a esse questionamento implica no mínimo uma complexidade grande. Porém, na perspectiva atual fartura pode ser compreendida como a disponibilidade suficiente de recurso pesqueiro com vistas à apropriação para fins econômicos e, nessa direção, significa economia de um recurso extrativista e maior disponibilidade de mercadoria. O pescado, genericamente considerado, de um meio de subsistência metamorfoseou-se, para o mundo do capital, em mercadoria, em possibilidade de lucros. Aliás, essa é a tônica do mercado.

Mesmo o município de Imperatriz e a região, apesar desses rumos aos quais a cidade se rendeu, conservaram um número de pescadores que têm na atividade um meio de sobrevivência de si mesmos e de suas famílias. Pelo que os pescadores artesanais têm assinalado, o rio Tocantins tem hoje esgotados os seus recursos pesqueiros, principalmente a comparar-se com os “tempos de fartura” (A. E. DE P. DA SILVA, 2004, n. c.). Vários fatores, todos de origem humana, estão por trás dessa escassez. A deprender-se de Santos e Isaac (2003), uma enumeração simples pode arrolar a Barragem de Tucuruí ou o desordenado crescimento demográfico da região, sem nenhum planejamento que, inclusive, invade os limites naturais do complexo geográfico e paisagístico que forma esse rio.

Depois de 1960, a partir dos projetos de desenvolvimento econômico nacionais, a cidade iria entrar em uma era de ciclos econômicos diversos. Ela passou a ser parte do projeto desenvolvimentista nacional, onde se incluiu a construção da rodovia Belém-Brasília, o que contribuiu com o projeto que pretendia fazer o país “avançar” décadas em alguns anos e do qual a construção da capital do país no meio do cerrado, Brasília, talvez seja o maior símbolo. Esses empreendimentos têm íntima relação com a política de integração nacional, que proposta e coordenada pelos militares, tanto entusiasmou populações interioranas.

Nesse cenário, como consequência das políticas geradas no período, surgiu a CPI Z-29. A institucionalização, em 1978, parece esconder os séculos de existência da atividade

pesqueira e as suas influências para ao modo de vida ou cultura dos pescadores da região. A pesquisa realizada para a produção dessa dissertação revelou que essa é uma realidade muito rica e complexa, o que por certo, ainda demanda muita investigação, mas em termos legais em que pese os limites também existentes, os pescadores colonizados nessa e em outras zonas ao longo do rio Tocantins podem usufruir os recursos pesqueiros nele existentes.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA: ASPECTOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

Em ciência, a definição dos métodos está em clara relação do objeto de estudo priorizado. O problema dita a escolha do método (ou métodos), assim como as técnicas que se usa (SALOMON, 2001). Logo, não tem sentido qualquer exclusivismo metodológico *a priori*, desde que a atividade da pesquisa, a realidade com a qual se tem que defrontar o pesquisador, não é a descrita pelos livros de metodologia, pois a dinâmica do real se impõe a qualquer visão teórico-metodológica antecipada. Essa dissertação reflete não apenas tal entendimento, mas também as atividades desenvolvidas durante a pesquisa, como a coleta de dados históricos, documentais e de campo, e a análise e reflexão acerca do modo pelo qual os trabalhadores colonizados se organizam para desenvolver a pesca artesanal.

Precisamente, a pesquisa documental e de campo foi realizada no primeiro semestre de 2005, junto à categoria de trabalhadores da pesca filiados à CPI Z-29 e outros atores sociais envolvidos no processo de produção e comercialização da pesca artesanal. Essa pesquisa permitiu que se começasse a desvendar os processos de organização social desses pescadores. Nesta perspectiva, as orientações de Berger (1973) e de Oliveira (1996) permitiram que se demonstrasse a “realidade da vida cotidiana” desses trabalhadores no contexto do associativismo, tanto no âmbito da colônia como nos demais embates da vida.

De fato, o “olhar, ouvir e escrever” de Oliveira (1996) tornaram-se procedimentos essenciais que permitiram a descrição e a análise da documentação e da empiria, no sentido de se ressaltar o desenrolar dos acontecimentos na sua especificidade e de se compreender o modo como se dá o dia-a-dia desses pescadores. Enfim, pelo que se depreende desse autor, a familiaridade com o contexto social e as pessoas que integram um grupo ou uma categoria social é especialmente importante no sentido de um conhecimento mais preciso e profundo acerca de um objeto priorizado em uma pesquisa.

O trabalho de campo é um método que demanda um tempo de convivência com a sociedade e/ou comunidade onde se desenvolve a pesquisa. Isso, por sua vez, pode produzir tensões de ordens diversas, conforme relatos que se encontra em diários de campo, como o de Malinowski (1967), o primeiro a ser publicado e ainda em situação *pos mortem*. Entretanto, apesar da CPI Z-29 envolver uma área de jurisdição de 14 municípios nos estados do Maranhão e de Tocantins, a investigação incidiu apenas no município de Imperatriz – MA.

Por se tratar de um trabalho onde estão implicados os destinos da sociedade local e, pelo objeto de estudo ser uma categoria social desassistida quanto às políticas públicas, utiliza-se de elementos do método da pesquisa participante. Para Borda (1981, p. 48), a mesma é uma “[...] ciência popular [...]” ou, ainda, “[...] ciência do homem comum”. Esse autor ressalta a importância das concepções dos “nativos”: “[...] não há melhores coletores de informação e de dados que os próprios nativos” (BORDA, 1981, p. 48). Ainda, as estratégias do *survey* (YIN, 2001) e da história oral (THOMPSON, 2002) foram utilizadas como complementos, junto aos trabalhadores da pesca e familiares, o que enriqueceu o material até então disponível e permitiu minimamente (re)construir a história da pesca artesanal local.

E ante a necessidade de adequação do objeto ao método, fez-se uso da documentação indireta, ou seja, de pesquisas bibliográficas, documentais e estudos exploratórios a partir de periódicos, documentos outros, fotografias etc. As lições de Samain (1995) e de Simonian (2006a) permitiram uma pesquisa em acervos fotográficos de pescadores e ainda a produção de documentação fotográfica. Por sua vez, estes materiais tratam de aspectos envolvendo os recursos hídricos do Tocantins, os pescadores e a CPI Z-29.

Uma pesquisa sempre implica em ética, o que pode aparecer já na definição e aplicação do método adotado. Assim, consideraram-se os limites da pesquisa de campo, como em Simonian (2005a). De acordo com essa autora, uma convivência sempre pode se tornar suscetível às tensões entre pesquisador e a categoria pesquisada. Neste sentido, a questão da ética tem que integrar a concepção dos pesquisadores, pois só assim se poderá fazer uso de estratégias que possibilitem a superação de impasses. Inclusive, essa perspectiva foi essencial, pois o autor tem em sua família duas lideranças que de muito tempo se encontram envolvidas com os pescadores enquanto categoria de trabalhadores⁷. Precisamente, se teve que estar atento tanto no momento da pesquisa quanto no da redação e finalização dessa dissertação.

⁷ A mãe – Mary de Pinho, 55 anos – tem sido vereadora por várias legislaturas e se coloca como uma defensora dos direitos dos pescadores colonizados junto à CPI Z-29; o padrasto – Salomão José de Santana Filho, 49 anos – se encontra em seu terceiro mandato como presidente dessa Colônia.

Hipoteticamente, os dados levantados em campo e a análise que se apresenta a seguir podem, de algum modo, ter repercussões de naturezas diversas, ou seja, tanto teóricas como práticas. Assim, além de um horizonte científico e analítico, o que é muito importante em termos de conhecimento, principalmente porque inexitem pesquisas sobre as Colônias de Pescadores do Sudoeste maranhense, esse texto poderá eventualmente contribuir para com os objetivos específicos dos pescadores da CPI Z-29. Nestes termos, inclusive alternativas a partir da produção de textos, de cartilhas, de projetos organizativos, produtivos etc., poderão se basear nesta dissertação e viabilizar alternativas aos problemas que tais trabalhadores da pesca enfrentam.

1.5 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta introdução da dissertação de mestrado corresponde ao seu primeiro capítulo. Nela, se definiu a problemática, os objetivos e introduziu minimamente a orientação teórica, a contextualização ambiental e sócio-cultural do campo empírico. Também, introduziu-se a metodologia utilizada no decorrer da pesquisa, e o argumento que permeia todo este trabalho revela a existência de muitas limitações no que diz respeito aos processos organizativos na CPI Z-29, mas que apesar disso, os pescadores colonizados têm sido persistentes na tentativa de encontrar alternativas para as questões específicas da categoria e mesmo da própria vida.

No capítulo segundo, tem-se em termos mais gerais uma abordagem conceitual acerca dos movimentos sociais e a pesca artesanal. A seguir, faz-se uma comparação entre comunidade e sociedade vis-à-vis o personalismo dominante na ideologia brasileira, conforme a orientação de Holanda (1995). E, ainda, tenta-se precisar as modalidades de pesca, bem como os locais onde se pratica a pesca artesanal: rios, córregos ou igarapés, lagos e lagoas. E, neste capítulo, trata-se também das ações do poder público junto aos pescadores artesanais.

No capítulo três, situam-se as bases ambientais, históricas e culturais da pesca em Imperatriz – MA. Esta perspectiva é seguida de uma descrição ainda que breve sobre o rio Tocantins e demais áreas pesqueiras adjacentes. Então, identifica-se e analisa-se a pesca no denominado “tempo da fartura”. Ainda, apresenta-se e discute-se algumas das razões da diminuição do pescado em águas tocantinas, especialmente após a construção da UH Tucuruí.

Na seqüência, tem-se o capítulo de número quatro, onde se faz uma digressão histórica da criação, da implantação e da expansão da CPI Z-29 no município. A saber: aborda-se as condições sócio-culturais preliminares a tais processos, bem como o surgimento das primeiras

lideranças desse movimento, as ações de cada uma dessas lideranças quando à frente do movimento da pesca. Enfatiza-se, ainda, todo o processo de elaboração e implantação do estatuto, a campanha de filiação inicial, a construção da sede e os apoios externos recebidos.

O capítulo cinco considera os aspectos que envolvem a representatividade política recente da CPI Z-29 e os feitos conservacionistas que a mesma empreendeu ao longo dos anos. Também, o mesmo integra uma discussão sobre as perspectivas econômicas, sociais e culturais dessa categoria de trabalhadores imperatrizenses. E, dentre os destaques analisados, tem-se a produção e a produtividade atual – diária, mensal, anual – dos pescadores artesanais, tanto em termos do comércio local como aquele realizado para além dos limites de influência dessa Colônia.

No capítulo seis, as transformações recentes na pesca artesanal imperatrizense são destacadas. Enfatiza-se a reestruturação do mercado regional. E, neste sentido, as tendências tecnológicas, especialmente quanto aos criatórios empresariais de peixe, são analisadas a partir da experiência de Imperatriz.

E, é de se concluir que apesar da riqueza e complexidade que o objeto investigado implica, o acervo documental pertinente em âmbito local é pequeno e inexistente material bibliográfico. Nesta direção, os pescadores artesanais locais têm dificuldade quanto aos subsídios para seus projetos. Espera-se, assim, que este trabalho possa eventualmente se constituir em apoio a esses trabalhadores, bem como inspire outras pesquisas a respeito.

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PESCA ARTESANAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

O caráter de politicidade atribuída pelos gregos, desde os conceitos, ao homem, tem o significado de que o homem é um ser por natureza, e não por acaso, social. Nessa configuração Aristóteles diria, falando de comunidades políticas, que “[...] a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade e que aquele que, por instinto, e não por qualquer circunstância o inibe [sic], deixa de fazer parte de uma cidade, é vil ou superior ao homem” (ARISTÓTELES, 2004, p. 14). Então e ali, ser político significaria muito mais que uma deliberação por viver em uma dada comunidade. A verdadeira vida humana deveria almejar a organização política, que é uma forma superior de convívio.

Quanto a essa modalidade superior de organização, os seres humanos deveriam alcançar pelo bom uso da razão, instrumento adequado à vida em comunidade. Por sua vez, essa racionalidade humana não se efetivaria de outro modo, senão em sociedade e tendo como mediação o entendimento racional (*logos*). É certo que, de acordo com o mesmo autor, a *polis* seria uma comunidade soberana e auto-suficiente, autárquica, com vistas ao *bem* e não simplesmente à satisfação das necessidades básicas de subsistência.

E, contemporaneamente, mesmo diante de alguma dose de desilusão quanto à capacidade da razão como ciência de ser a grande promotora do saber verdadeiro, e até mesmo de tentativas de negação dessa razão que se dá a si mesma (OLIVEIRA, 1993), ainda tem enorme força a busca de uma síntese da totalidade. Esta é uma realidade que implica em complexidade infinita do real, não mais a partir de um deus, como queriam os antigos, mas agora a partir das categorias explicativas das ciências. Esse fenômeno não é próprio de um ramo específico da ciência, mas brota até mesmo dos mais variados galhos da velha e ainda firme árvore cartesiana.

Weber, o pai da sociologia compreensiva que, segundo Santos (1996), procurou fugir à visão reducionista de fazer ciência, teria pensando as relações sociais como sendo muito mais que um simples mecanicismo: propôs uma interessante variante do que seria a explicação mesma do comportamento humano. Para esse intelectual alemão, seria necessário compreender a *orientação social* das *ações* humanas, o *sentido* da ação dos indivíduos. Precisamente, seria importante para a compreensão objetiva da realidade pesquisada, uma vez que cada grupamento humano guarda características que lhe são próprias, de modo que

qualquer resultado obtido a partir de pesquisa de um determinado grupo pode não ser facilmente generalizável para outros grupos, mesmo vivendo as mesmas condições.

2.1 COMUNIDADE *VERSUS* SOCIEDADE

Para o autor de *Economia e sociedade*, a determinação do modo de relacionamento dos seres humanos entre si deveria considerar muito mais que a exterioridade apreendida apenas a partir de qualquer formalidade teórica. Existiriam várias espécies de relacionamentos sociais determinados, ora por fundamentos racionais, ora emocionais (WEBER, 1991). A partir dessa compreensão, o sociólogo mostra como comunidades e sociedades teriam características bem distintas e essas diferenças deveriam ser buscadas no tipo de relacionamento que se estabelece entre os membros desses dois tipos de grupamentos humanos. Portanto, as características das relações estabelecidas entre os indivíduos é que seriam definidoras das características distintivas dos grupamentos.

E, se a essência mesma das suas relações internas, e os vínculos que se constroem entre os membros dos grupos determinarem as distinções entre comunidades e sociedades, movimentos sociais oriundos de comunidades poderiam ter desenvolvimentos diversos daqueles movimentos surgidos de sociedades. Ainda, se a compreensão dos movimentos sociais quanto a suas origens puder ajudar a extrair conseqüências para o seu desenvolvimento, entende-se como fundamental uma discussão mesmo que sucinta acerca de conceitos de comunidade e sociedade. Assim, se estará a introduzir a discussão sobre o conceito de movimentos sociais. E, se essas categorias sociológicas, distintas teoricamente, na prática social produzirem realidades diversas, acredita-se que seus desdobramentos também serão diferenciados, daí a importância da compreensão desses conceitos.

Para Weber, nas comunidades haveria alto índice de solidariedade que se traduziria em união muito forte entre os seus membros. Essa ligação não seria resultante de acordos convencionados visando objetivos planejados, mas seria antes conseqüência da identificação, em grande parte emocional, dos componentes dessas comunidades entre si. As comunidades estariam alicerçadas em “[...] fundamentos afetivos, emocionais ou tradicionais” (WEBER, 1991, p. 21). Ainda segundo Weber (1991, p. 25), a relação comunitária teria mais a ver com o “[...] sentimento’ subjetivo dos participantes de ‘pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo” (grifos do autor).

Embora defenda que essa ligação, com boa dose de componentes emotivos, seja característica marcante das comunidades e elemento organizador das relações sociais do grupo, compreende Weber que existiriam outras modalidades de organização social e que partiriam de outros fundamentos. As sociedades seriam, assim, um tipo de grupamento que se move perseguindo fins adotando para isso procedimentos racionais. Para o sociólogo, contudo, em nenhum dos dois casos descritos seria possível falar em “tipos puros” e portanto a racionalidade, mais comum às sociedades, assim como as ligações de cunho mais emocional, próprio às comunidades, se mostram na prática misturadas.

Essa seria uma questão antiga abordada por outro ângulo, para o qual a sociologia não dispunha de instrumentos até então, e aqui repousa uma das contribuições mais significativas de Weber (1991) para o uso de um método nas ciências humanas. A construção de modelos de realidade, como as de comunidade e sociedade, seriam uma alternativa para melhor compreender essas realidades e teriam ainda a virtude de poder orientar a compreensão teórica a partir de uma comparação do real com o ideal.

Weber acaba, assim, por se antecipar às novas necessidades que se fariam às ciências humanas. A sociologia, com esse autor, ganharia uma outra orientação, sem eliminar outras correntes interpretativas. O que viria a seguir, no que respeita às grandes questões de natureza sociológica, sofreria grande influência das categorias weberianas. O século XX, do qual esse sociólogo experimentou apenas o primeiro grande conflito mundial, recuperaria boa parte de suas preocupações a ponto de Weber ter se tornado um clássico, não apenas na sociologia, mas uma referência quando o objetivo é compreender a burocratização do mundo ocidental ou ocidentalizado.

Grandes mudanças ocorreram no mundo durante o século XX. Precisamente, as transformações foram tão grandes que acabaram por submeter as iniciativas relativas ao modo de organização técnico-racional da ciência. Vive-se a era da valorização da novidade, que se espera seja eterna, a ponto do grande historiador Hobsbawm (1995, p. 13), décadas atrás, já afirmar que essa eliminação do passado “[...] é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX”.

2.2 ORIGENS DO PERSONALISMO

Uma mistura de dominação carismática e tradicional, como descrita por Weber, ajudaria a compreender o tipo de relação que se estabelece em casos típicos de subordinação

de pessoas a regras. O sociólogo aponta duas formas de dominação possíveis. Por um lado há a submissão às regras institucionais que independem de quem deteria o poder, esse tipo de relação que Weber (1991, p. 141) denomina “[...] dominação baseada em estatuto”. Nesse caso, “[...] obedece-se à ‘ordem impessoal’, objetiva e legalmente instituída e aos ‘superiores’ por ela determinados, em virtude da legalidade formal de suas disposições e dentro do âmbito de vigência delas” (WEBER, 1991, p. 141). Ou seja, há, para usar uma expressão do próprio autor, uma ética das instituições que está acima daqueles que eventualmente ocupam os postos de comando.

Diverso é o caso de dois modos de dominação que são a dominação tradicional e a dominação carismática. Nos dois casos há como que um afrouxamento da submissão às instituições. Aqui, para Weber (1991, p. 141), “[...] obedece-se à ‘pessoa’ do ‘senhor’ nomeada pela tradição e vinculada a esta (dentro do âmbito de vigência desta), em virtude de devoção aos hábitos costumeiros”. Caso a que se pode vincular a este último, por parentesco, é o da dominação em razão de carisma. A obediência a um dado líder, nesse caso, está de acordo com Weber (1991, p. 141), relacionada com a “[...] confiança pessoal em revelação, heroísmo ou exemplaridade dentro do âmbito da crença nesse seu carisma”.

Essas interpretações teriam servido de suporte para as análises de Holanda, quando, nas palavras de Antônio Cândido, revela que “[...] aproveita o critério tipológico de Max Weber [...]”, mas fazendo, sempre que necessário, as devidas adaptações na sua intenção de “[...] analisar e compreender o Brasil e os brasileiros” (HOLANDA, 1995, p. 13). Por sua vez, as dificuldades de associação, no entender das exposições de Holanda não derivam de qualquer hedonismo dos nativos que cá já estavam quando da chegada dos portugueses. Para o autor de *Raízes do Brasil*, a questão se vincula antes à herança da cultura lusitana, que tem algumas características que se reproduziram e continuam se reproduzindo no país.

Dentre as conseqüências da cultura ibérica no país se poderia identificar nos modos de convívio. Assim, é que naquelas nações desenvolveu-se a cultura da personalidade que acabou por se constituir em um traço distintivo daqueles povos em relação às outras nações da Europa central. Para o historiador, àquelas nações a

[...] importância particular que atribuem ao valor próprio de cada pessoa, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e os portugueses muito de sua originalidade nacional. Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste (HOLANDA, 1995, p. 32).

De fato, a compreensão quanto à desconsideração acerca do valor que outras nações atribuem às instituições como instâncias capazes de promover a solução de algumas questões humanas estaria vinculada à herança descrita por Holanda. O mesmo Holanda (1995, p. 33) remete alguns traços da cultura brasileira à influência da cultura ibérica, ou seja, “[...] a falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra a nossa desordem”.

A organização racional, seja da sociedade ou da constituição dos próprios componentes desta e que nela se relacionam enquanto individualidades, seria aqui um valor estranho à cultura brasileira. Assim, de acordo com Rouanet (1990), é que a própria consciência dos brasileiros como seres humanos que se converteu em individualidade, a partir de categorias racionais, pode ser reduzida ao estudo sistemático. Em outras palavras – o ser objeto de organização implica em uma razão que historicamente tem sido aprisionada.

2.3 ASPECTOS ESTRUTURANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A discussão acerca dos movimentos sociais compreende que quando estes têm por base as massas populares e as pautam em razão somente dos interesses da classe à qual se vinculam, sofrem de uma tibieza natural (TOURAINÉ, 1977). Uma apreciação do autor dos sindicatos de natureza agrária acaba por mostrar que estes “[...] participam de uma visão política nacional, mas são socialmente reformistas, e não são tão diferentes dos sindicatos operários pelegos” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 38). Não satisfeito com as definições parciais acima, o autor aponta duas definições de movimentos populares, mas desde então mostra como as duas em si mesmas são insuficientes.

A pensar-se em um conceito, “[...] os movimentos não podem repousar sobre um único princípio de orientação. Eles não podem, por definição, ser puros movimentos de classe [...]” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 38). Esta definição possui algum grau de acerto, mas desconsidera alguns elementos. Haveria uma outra definição corrente, mas igualmente limitada: “[...] a segunda mais dinâmica, mostra as duas vertentes da consciência de classe, ligadas uma à outra, mas tendendo a se separar” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 42). A insuficiência das duas apreciações estaria no fato de levarem em conta apenas parte dos elementos essenciais que permitem formação de um movimento social que, para Touraine, tem maior grau de complexidade. O autor é quem afirma:

[...] qualquer que seja a abordagem mais útil, o essencial é que um movimento social só existe se combinar três dimensões: classe, nação, modernização ou, mais exatamente, se fala em nome de uma classe contra a outra, em nome da nação contra o estrangeiro dominante, em nome da modernização e da integração contra a tradição e seu bitolamento (ALBUQUERQUE, 1977, p. 42).

Ou seja, os critérios apontados, para o autor que seriam necessários para a determinação de se algumas iniciativas poderiam ou não ser consideradas movimentos sociais incluem elementos de vários matizes. Não seria apenas a união de elementos em torno dos interesses de uma suposta classe que determinaria a qualificação de qualquer atividade de grupos como sendo um movimento social.

Pensa-se que geralmente os movimentos sociais incluem uma ação minimamente organizada em razão de um propósito comum. Assim, os grupos que têm na sua origem uma união de natureza afetiva⁸ teriam maior dificuldade, real de se organizar. E, nestes termos, acredita-se que Campos (1993) resume bem a situação da organização dos movimentos de pescadores, que é um movimento social. Por sua vez, o coordenador da Pastoral da Pesca no estado do Pará (CAMPOS, 1993), que se vincula aos pescadores, defende que aqueles trabalhadores se unem em torno de colônias, mas não têm

[...] tradição organizativa de lutas sociais, amputada pelos poderes públicos através do sistema de colônias, os pescadores têm conseguido, ao longo dos últimos anos, sua autonomia enquanto trabalhadores.

Haveria, assim, muito ainda a ser feito em prol de uma possível organização do movimento social dos pescadores.

No seio da sociedade capitalista, onde interesses econômicos os mais diversos se sobrepõem obscurecendo outras visões de mundo, interesses de classes diversas podem gerar alianças ou conflitos, essas relações sociais se modificam de acordo com as transformações que ao mesmo tempo ameaçam e alimentam esse modo de produção (JACOBI, 1989). Para tal perspectiva, os movimentos sociais urbanos, manifestariam alguns elementos que os tornam mais aproximados daqueles descritos acima por Touraine.

Aqui haveria,

[...] a presença do antagonismo e a multiplicação dos espaços diversificados de ação e de desafio do Estado, representando a possibilidade de constituição de uma identidade social ou política e a explicitação de demandas relativas à reprodução social dos setores excluídos nas cidades e metrópoles brasileiras (JACOBI, 1989, p. 10).

⁸ Precisamente, de natureza comunitária a partir do modelo weberiano.

A pesquisa das relações que se dão nas colônias de pescadores tem grande importância para a melhor compreensão das possibilidades, mesmo se há tais possibilidades, de organização desses trabalhadores na forma de movimentos sociais. Assim, um dos objetivos deste trabalho é apontar, partindo da consideração das influências quanto às origens européias da cultura e considerando as adaptações dessas heranças nestas terras tropicais, como se dão as relações no âmbito das relações sociais que se estabelecem entre pescadores artesanais em razão de uma atividade comum.

2.4 PESCA ARTESANAL, CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A pesca artesanal tem pouca visibilidade social em um mundo que privilegia a organização racional em vistas da eficiência necessária em um mundo de concorrências. A natureza “nunca foi consultada sobre sua disponibilidade diante do apetite” do padrão de desenvolvimento que se adotou. O modelo de pesca industrial vinculado àquela visão de desenvolvimento cresceu e sofisticou-se. Seu potencial pesqueiro chegou a ultrapassar a capacidade de reposição dos recursos naturais. Nessa configuração, não são poucos os que apontam para os modos de vida das populações tradicionais (FURTADO, 1993a, 1993b; MANESCHY, 1995; SILVA, 1972) como sendo mais adequados à capacidade de recuperação dessa natureza, embora não sejam somente estas as virtudes apontadas.

A pesca artesanal, para tais autores, se configuraria como uma possível alternativa sustentável diante das limitações naturais que tem que enfrentar o interminável apetite do modo de vida eleito pelo mundo ocidental e mundializado. Esta é uma modalidade quase sempre praticada em pequenas proporções, embora voltada de alguma forma à produção mercantil e que pode incluir também a combinação com atividades agrícolas (DIEGUES, 1983). Pode-se dizer que a definição dessa categoria de trabalhadores, assim como a caracterização de suas atividades, é hoje eminentemente negativa, pois depende em muito do grau do confronto da natureza de suas ações produtivas acerca daquelas sustentadas por grande aporte de capital e, a cada dia, produzindo mais emprego de modernas tecnologias. Isso pode ser indicador da perda de importância social dessa categoria de trabalhadores.

Existem poucos registros históricos acerca da importância social dessa categoria. É possível dizer, contudo, que sempre, desde as primeiras formas de registros da atividade, foi ação econômica importante. Campos (1993), na obra *Movimentos sociais de pescadores amazônicos*, caracteriza bem os caminhos históricos dessa categoria. O autor mostra, ainda,

como já em 1543, pouco mais de uma década do princípio da colonização do Brasil, já havia contribuição da categoria com um “dízimo” sobre o pescado produzido. Este era o tempo da informalidade. Então, essa atividade era rentável, embora com pouca visibilidade social.

Somente nos primeiros respiros do século XIX ocorrem as primeiras tentativas institucionais de associação dos pescadores. Eles mesmos não poderiam se organizar, pois o controle das atividades estava sob domínio da administração portuguesa. Mesmo assim já havia por aquelas épocas iniciativas de reação à imposição de normas exógenas que beneficiariam apenas os portugueses que por aqui residiam. Mesmo na Amazônia, ainda para Campos (1993), a pesca já era uma atividade regrada. Ali a Coroa Portuguesa estabeleceu os *pesqueiros reais* que tinham a função de subsidiar a presença do Estado naquela região considerada selvagem. Índios pescadores tinham que sustentar militares, religiosos e funcionários outros da Coroa presentes na região.

A organização dos pescadores em colônias de pesca teve origem, então, somente no ano de 1817, por meio de decreto da coroa lusitana. Essa tentativa de união, como as anteriormente citadas, desconsiderava as particularidades locais. Era a tentativa de estabelecer por cá os padrões próprios à visão portuguesa então dirigente do país. Uma união a partir de padrões externos. Holanda (1995), a quem já se recorreu, compreende que essa perspectiva de associação a partir de modelos que desconsideram as especificidades do ambiente, natural e/ou humano, sempre esteve ligada às origens predominantemente ibéricas da sociedade e cultura do país, o que foi imposto sem considerações maiores. E, não poucos dentre os brasileiros, defenderam tais iniciativas que redundaram em fracassos.

Um crítico dessas iniciativas em razão de representarem a importação de modelos, Holanda mostra como há a crença de que as instituições do país não seriam suficientes, pois os próprios nacionais não se consideravam/consideram capazes de encontrar soluções para os problemas enfrentados. Ou seja, as soluções já foram dadas quase como que por revelação e em face disso, tem-se que adotar um único padrão *civilizatório* – o verdadeiro:

Certos simplificadores chegam a sustentar que, se fizéssemos como nesse ponto como os Estados Unidos, ‘em vinte anos o Brasil estaria alfabetizado e *assim* ascenderia à posição de segunda ou terceira grande potência do mundo!’ ‘Suponhamos por hipótese’, diz ainda um deles, ‘que nos vinte e um estados do Brasil os governos passados tivessem feito para a atualidade uma população culta e um igual aparelhamento escolar, como o que se encontra em cada um dos estados da América do Norte, graças a previsão dos americanos (HOLANDA, 1995, p. 165-166).

A assertiva de Holanda acima, no que relaciona à educação, pode ser generalizada para outras situações, inclusive para esta sobre a qual se está a refletir: a pesca artesanal. A verdade,

desse modo, já está dada e localizada quase que geograficamente e qualquer falta de compreensão a respeito significaria uma miopia: não é preciso criar se é possível copiar!

Para Holanda, já em 1936, a idéia defendida por muitos de que temos que nos adequar aos modelos que nos trouxeram, é comum àqueles que defendem a razão da nossa dificuldade de organização estar em nós mesmos. Assim, “Nossa anarquia, nossa incapacidade de organização sólida não representam, a seu ver, mais do que uma ausência da única ordem que lhes parece necessária e eficaz” (HOLANDA, 1995, p. 33). Possivelmente, pelas razões discutidas acima a tentativa imperial vinculada a interesse de pescadores portugueses não obteve êxito por estas terras, o que pode significar um bom grau de acerto para as reflexões desse autor. O que torna válido o registro da inequívoca importância social e econômica da pesca artesanal para o desenvolvimento do Brasil, desde antes de sua independência.

2.4.1 Como se realiza – as diversas modalidades/tecnologias

Com 8.547.403,5 km² de área, uma costa com 7.367 km de extensão, com algumas das maiores bacias hidrográficas do mundo e quase 12% da água doce do planeta, o Brasil é claramente propício à pesca. Segundo Mattar (2003, p.1):

Desde os romances de Jorge Amado até os festivais de frutos do mar das cidades litorâneas, passando pelas atividades das comunidades ribeirinhas da Amazônia, o país tem na pesca – na cultura e no universo que a circunda – uma das suas maiores referências.

A atividade, especialmente aquela desenvolvida em pequena escala, considerada artesanal, como é o caso da pesca realizada pelos associados da CPI Z-29, encerra, no entanto, uma série de aspectos importantes. Estes são inclusive por muitas vezes esquecidos, não merecendo o verdadeiro valor de destaque, entre eles a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, e em alguns casos a preservação ambiental, a difusão e a manutenção da cultura popular, entre outros.

A pesca é dividida entre amadora e profissional. Sendo que a primeira é voltada para o lado esportivo ou *hobby*, e a segunda já é aquela desenvolvida por pessoas que tornam o ato de pescar sua atividade primeira e principal forma de emprego e geração de renda. No âmbito da pesca profissional, mais detalhes separam os pescadores e pescadoras, e o principal deles tem a ver com a escala da pescaria, com o fato de ser em benefício próprio ou não, e são levados também em consideração os instrumentos utilizados na pesca. De maneira geral,

aquele tipo de pesca realizado pelo próprio pescador (ou seja, aquela atividade em que ele é o patrão, empregado e sócio), talvez com o auxílio da família, é chamado de pesca artesanal.

Outra característica desse tipo de pesca é a sua escala pequena, afinal, é um pescador colhendo sozinho os peixes, ou no máximo, com a ajuda de uma ou duas pessoas que, na maioria das vezes, é da mesma família. Além disso, tem-se os instrumentos utilizados, como o emprego de tarrafas, anzóis, redes pequenas, barcos de pequeno porte, que têm uma limitação de distância da costa, quando a pesca é realizada em mar, e barcos com pouca capacidade de armazenamento na pesca em rios e lagos. Esses barcos limitam as condições de produção por não proporcionar um maior volume de armazenagem conseqüentemente reduz o poder de comercialização.

Já na pesca industrial as principais características são: no lugar de pequenos pescadores aparecem empresas que contam com grandes embarcações ou frotas de pequenos barcos, equipes de profissionais da pesca. Também, os instrumentos que auxiliam na atividade são todos de grandes proporções e geralmente de alta tecnologia. E, ainda, em alguns casos, o uso de redes quilométricas, com malha mais fina e fora dos padrões permitidos pela legislação vigente e que devido ao frágil sistema de vigilância neste setor causa uma verdadeira destruição ambiental comprometendo assim estes recursos para as futuras gerações.

Mesmo com todas essas características, que ajudam a distinguir estes tipos de pesca, tanto a definição conceitual quanto a classificação dos pescadores dentro de uma ou outra categoria ainda causam dúvidas. Existe um problema conceitual para definir o que é pesca artesanal e o que não é. Qual o limite? É de se considerar desde a pessoa que pesca em um canal urbano até aquela que pesca com uma traineira, no mar?

Foi necessário estabelecer parâmetros e critérios claros e precisos, mas pode-se dizer que essa modalidade de pesca é vista como a mais tradicional, onde os trabalhadores envolvidos têm o perfil de um pescador experiente. Numa perspectiva quase mítica, supõe-se que conheça tanto o mar como os rios e lagos a fundo, seus aspectos, suas peculiaridades etc. Empiricamente, no entanto, esse pescador e sua família têm que lidar não só com as adversidades das marés, mas com problemas crescentes como pesca predatória, poluição das águas, assoreamento dos leitos dos rios e de riachos etc. Em conseqüência, é a pouca quantidade de peixe que hoje mais os preocupa, como se pôde perceber nos depoimentos deles colhidos durante a pesquisa feita em Imperatriz, junto à CPI Z-29.

Por que isso acontece? Pesca predatória e a urbanização das margens dos rios são algumas das respostas, no caso específico, ou seja, no rio Tocantins, a principal crítica que se ouviu naquela oportunidade diz respeito à construção da barragem de Tucuruí, no estado do

Pará. De acordo com a maioria dos pescadores entrevistados, essa obra modificou os costumes dos peixes, em especial quanto ao fluxo migratório que algumas das espécies realizavam – a subida desse rio na direção do alto para a desova. Em consequência, este fluxo foi interrompido por essa obra, portanto, passou a dificultar o repovoamento e a disponibilidade do pescado nessa área, além da questão da qualidade do que é pescado.

Nessa mesma perspectiva, é de se considerar o índice alto de desmatamento das áreas ciliares, responsável direto pelo assoreamento do leito do rio e conseqüentemente a poluição causada pelos esgotos *in natura* despejados sem tratamento algum diretamente no rio. Também, os peixes ficam sem os frutos que o vento e/ou o amadurecimento lançava ao rio e em seus afluentes E, se não bastasse, alguns dos afluentes do Tocantins que cortam cidades estão muito contaminados e a desaguar no rio.

2.4.2 Os *loci* da pesca artesanal: rios, córregos ou igarapés, lagos

Simonian (2005c, 2004, 2000), discutindo acerca das populações tradicionais, amparada em literatura de origens variadas, mostra como as populações tradicionais têm de alguma forma se associado com a intenção de defender os recursos naturais que são a fonte de sua sobrevivência e dos seus estilos de vida. Para a autora, a idéia central dessas lutas seria “[...] explorar de modo sustentável suas terras e recursos, tê-los reconhecidos pelo Estado e respeitados pela sociedade civil” (SIMONIAN, 2000, p. 7). Ainda, Simonian (2000, p. 11) aponta elementos que dificultam a realização desse ideal, mostrando como as “[...] pressões ambientais e/ou mesmo interesses pessoais, tais populações ou parte delas têm se envolvido com processos destrutivos”.

Esses locais são assim objetos de disputa seja pela concorrência da indústria com a pesca artesanal mesmo por pessoas que têm na atividade uma possibilidade de complementar a renda (FURTADO, 1993a). É a mesma autora que afirma que “[...] *o mar, os rios e ‘igarapés’ e os manguezais*” (grifo da autora) são os ambientes explorados pelos habitantes do litoral amazônico” (FURTADO, 1993a, p. 98). E quanto aos rios, incluindo, no caso amazônico, os estuários e outros complexos fluviais, são tradicionais espaços de realização da pesca artesanal. A definição rigorosa do ambiente pesqueiro na região Amazônica inclui uma área muito maior do que se costuma imaginar, mormente em se tratando de grandes rios como os que banham essa região.

E, ao citar Petts et al., Furtado (1993a, p. 187) assevera que “[...] o complexo de um grande rio, como o Amazonas, deve ser visto como uma unidade constituída por diversos gradientes (longitudinal, transversal e profundo) e que inclui ecossistemas aquático, semi-aquático e terrestre conectados entre si”. Segundo ainda o mesmo estudo, a quantidade de água que inunda as áreas consideradas tem grande contribuição na determinação da biomassa nesses ambientes e as inundações se relacionam de perto com a flutuação das quantidades pescadas, assim como com a variedade de espécies encontráveis nesses locais.

A confluência de rios de várias origens e tamanhos com o mar geraram o complexo ecossistema que são os manguezais. Em razão do grande afluxo de águas de várias origens, os manguezais são um ambiente que contém grande quantidade de componentes orgânicos e inorgânicos, de vital importância para a sobrevivência de várias espécies animais e vegetais. Por sua vez, os pequenos cursos de água são ainda um dos ambientes nos quais se realizam atividades que podem ser incluídas como de pesca artesanal. Furtado (1993a, p. 105) aponta como essa atividade é realizada em uma região “[...] formada por uma grande quantidade de igarapés e igapós, os quais durante o inverno amazônico (dezembro a junho) inundam as suas margens, e, durante o verão (julho a novembro) secam totalmente”. A autora mostra, ainda, que embora os rios e os igarapés não sejam muito férteis no que respeita a maiores quantidades de peixes, naquela região, em razão de características particulares, conseguem suprir a necessidade da comunidade indígena em estudo, os Parakanã.

Claro que a quantidade de peixes no rio Tocantins, pelo menos no que se refere ao seu médio e ao alto cursos, não pode ser equiparada à quantidade de peixes dos rios amazônicos, por vários motivos. A região Amazônica, como se sabe, é mais baixa e mais plana, o que implica, na época mais chuvosa, em grandes áreas alagadas, pois os rios extrapolam as margens e adentram as florestas por longo tempo. Esta realidade enriquece os grandes rios com matéria orgânica em decomposição propícia à proliferação de microorganismos que servem de alimento a várias espécies, além de abastecê-las com flores e frutos diversos, bem como local de descanso entre árvores e raízes.

O ambiente em que se situa o médio e o alto Tocantins difere muito do existente no seu baixo curso ou área estuarina. Ou seja, o médio Tocantins, está na região pré-amazônica e o alto, no Brasil central, região de cerrado, em tudo diferente da Amazônia. Estes ambientes, tão diferentes entre si, naturalmente exercem influências diversas sobre o rio. Por exemplo, isso não impede que no alto Tocantins, espécies de peixes típicas sejam encontradas; e, ao mesmo tempo, por suas características de solo e relevo, suas águas quase nunca extrapolam os limites das margens, pois ficam espremidas no leito mesmo em período de chuva copiosa.

Isso naturalmente implica em que as águas do Tocantins, um rio de leito profundo, sejam rápidas, pobres em alimentos e em locais de descanso e segurança para os cardumes que ficam sempre mais expostos à ação de animais predadores, bem como à ação predatória dos seres humanos. Tudo isso somado, contribui para que a quantidade de peixes seja menor que nos rios amazônicos. Nestes termos, a pesca, mesmo a chamada artesanal precisa levar isso em conta sob pena de, em futuro não muito distante, se ter os estoques esgotados. Neste caso, que se espera não ocorra, a pesca deixará de ser viável, não apenas como atividade econômica, mas até com fonte de sobrevivência para as populações ribeirinhas, que tradicionalmente se alimentam de peixes.

2.5 AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO

Vive-se em um mundo, como já se afirmou antes, caracterizado por transformações rápidas e profundas em todos os setores. Isso é bem verdade principalmente no que respeita às relações políticas e econômicas, pois o desenvolvimento tecnológico facilita as comunicações e cria ambiente para a promoção de relações globais. Nestes termos, autores diversos têm se posicionado, principalmente quanto ao processo de globalização que envolve nações em desenvolvimento e até aquelas subdesenvolvidas.

A revolução tecnológica da informação, sem dúvida nenhuma é condição *sine qua non* para a criação de uma economia, uma cultura e uma sociedade novas. Por sua vez, as mídias modernas se encarregam não apenas de comunicar novidades, mas acima de tudo, de criar valores e demandas novas em todos os segmentos sociais, econômicos e políticos em âmbito global. No dizer de Castells (1999, p. 43)

É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade, o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.

Isso não implica afirmar que todo e qualquer grupo social tem, necessariamente, que aderir ao modelo atual de produção, uma vez que o determinismo tecnológico, pelo menos do ponto de vista de Castells (1999), está descartado.

Essa realidade implica em dificuldades para a sobrevivência de comunidades fundadas em valores culturais arraigados e com pouca possibilidade de acesso às ferramentas tecnológicas. Normalmente, esses grupos sociais compostos por pessoas mais simples e que vivem mais distantes dos centros urbanos, tendem a manter seus costumes, crenças e valores - traços culturais distintivos desses grupos. Também, tendem a manter a própria identidade, a resistir a transformações de toda ordem, inclusive tecnológica.

Neste caso, em se tratando de Brasil, poder-se-ia situar os remanescentes indígenas, os quilombolas, as quebradeiras de coco e até os pescadores artesanais, dentre outros grupos, cujo *modus vivendi*, difere em quase tudo do modo de vida que levam as comunidades urbanas. E, isso é importante por muitos motivos, principalmente por representar uma possibilidade de preservação de manifestações culturais pouco valorizadas pelo atual modelo de produção capitalista. Respeitar o modo de ser e de viver desses grupos sociais, é também respeitar seu desejo e direito de manter vivas suas raízes culturais, única forma de manter a identidade. Para isso, não basta a solidariedade. Há a necessidade da existência de políticas públicas não paternalistas que visem sua promoção e não sua dependência.

Essas políticas públicas que se faz tão necessárias como apoio aos grupos sociais diversos e que compõem a nação brasileira teriam, inclusive, que levar em conta a existência de um setor na economia, que é produtivo, como o da pesca. Este, se bem planejado e monitorado, possivelmente não dependerá de políticas de complementação de renda no futuro, como as do atual governo. Aliás, por sua natureza paternalista dessas políticas, espera-se que não perdure como política nacional de distribuição de renda.

De todo modo, possíveis apoios à sobrevivência de grupos sociais como os dos pescadores artesanais e outros, não hão de ser entendido como favor, mas como subsídio governamental à economia popular, uma vez que

[...] esta economia popular é hoje uma proposta aberta, constituindo-se no meio termo entre a empresa puramente estatal e burocrática e a empresa capitalista privada. Esse terceiro setor é hoje o grande empregador, numa época de desemprego estrutural que vem acompanhando a crescente automação, associada à recessão econômica provocada pelas políticas neoliberais (SILVA, 2005, p. 4).

No entanto, as políticas públicas voltadas para a classe dos pescadores artesanais são quase inexistentes, conforme testemunha a própria CPI Z-29. Na década de 1990, na administração do então governador do Estado José de Ribamar Fiquene, foi negociado com o Ministério da Agricultura o prédio onde por longos anos funcionou o mercado do peixe, o qual foi entregue

a essa Colônia. Além disso, o governador adquiriu uma fábrica de gelo e uma câmara fria as quais foram doadas à CPI Z-29, utilizadas até recentemente.

Ainda no decorrer da década iniciada em 1990, o governador do Estado Edison Lobão, agraciou cem pescadores com canoas e apetrechos para as suas atividades diárias, uma pequena, mas importante ajuda que serviu para a renovação da frota pesqueira, embora estas canoas fossem de pequeno porte e impulsionadas a remo, com grande dispêndio de energia para os pescadores. E, em razão do período de defeso determinado por lei, o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho, passou a conceder o seguro desemprego aos pescadores profissionais, com mais de três anos de comprovada filiação à CPI Z-29, constituindo-se este seguro, como a mais importante política pública em prol da categoria. Hoje nesta Colônia, cerca de 350 pescadores recebem este benefício.

Iniciativas como o estudo das espécies que têm no rio Tocantins, seu *habitat*, bem como estudos visando sua reprodução em laboratório ou cativeiro, foram por alguns anos adotados pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus de Imperatriz. No entanto, cabe salientar que essa iniciativa deveu-se mais à dedicação de um professor/pesquisador, o doutor Clésio Fonseca, do que a própria instituição, de forma que dificilmente isso poderia ser classificado como uma política pública. Uma outra possibilidade vislumbrada de políticas públicas efetivas voltadas para o setor pesqueiro no Maranhão, da qual os pescadores de Imperatriz poderiam se beneficiar, são as que começam a ser delineadas pela Agenda Positiva desse estado, a qual, dentre outros princípios de ação, pretende:

1. Produzir informações para os pescadores artesanais visando orientá-los sobre a preservação das espécies aquáticas e o impacto das atividades econômicas sobre a vida natural dos rios.
2. Realizar um mapeamento dos problemas do setor pesqueiro para fundamentar a elaboração de propostas, com estudo da cadeia produtiva.
3. Realizar programas de sensibilização das comunidades usuários dos rios no sentido de tornar viáveis as ações de preservação e evitar a utilização dos rios como áreas de despejo de dejetos.
4. Desenvolver ações de educação ambiental específica para os pescadores.
5. Revitalizar as organizações representativas do setor no sentido de possibilitar um monitoramento mais direto junto aos usuários de recursos hídricos.
6. Disponibilizar recursos para fortalecimento institucional e para reforço da fiscalização das áreas de manguezais.
7. Disponibilizar recursos para campanhas educativas e de fiscalização durante o período de defeso nos sistemas marinhos e de águas interiores.
8. Propiciar alternativa de geração de renda para suprir necessidade gerada no período de defeso (aqüicultura).
9. Conceber e implantar sistema de fiscalização comunitária com as colônias de pescadores e comunidades pesqueiras, que atuará com apoio do setor público.
10. Priorizar estudo da dinâmica populacional das espécies marinhas e estuarinas de interesse econômico, para dimensionamento do esforço de captura.
11. Realizar estudo biológico das espécies de interesse comercial das águas interiores para estabelecimento o tamanho mínimo de captura e adequação das metodologias e apetrechos de pesca.

12. Disciplinar a prática da pesca industrial e da pesca artesanal de grande porte, considerando a implementação de áreas de exclusão de pesca nas áreas onde o recurso pesqueiro já está escasso.

13. Fomentar o repovoamento por espécies nativas dos principais rios maranhenses (MARANHÃO. Agenda, 1999).

Em suma, todos os princípios enumerados são muito importantes, mas ainda se encontram em estado de potência. Constituem um ideal de política pública que ainda não foi implementada, mas é não só desejável, mas necessária. Essa é, talvez, uma das alternativas para a exploração de recursos naturais renováveis de forma racional.

Dentre os principais pontos dessa Agenda, encontra-se a possibilidade de financiamento da atividade pesqueira, algo que já ocorre na pesca marítima, mas que precisa ser implementado em águas interiores. Também, se menciona a importância de investimentos na educação ambiental direcionada aos pescadores, às populações ribeirinhas e à comunidade em geral, no sentido de promover não apenas a defesa, mas também a recuperação de nichos ecológicos já degradados pela ação do homem ou por intempéries naturais. Outro ponto que é destacado é a fiscalização comunitária, proposta cujos resultados se darão em longo prazo, uma vez que ela pressupõe uma consciência ambiental que passa pela mudança de hábitos arraigados, de difícil remoção ou substituição.

Para o abastecimento do mercado e atendimento da demanda por pescado, é possível a expansão da criação de peixes em cativeiro, atividade já em desenvolvimento em Imperatriz. Pelo que se detectou na pesquisa, é verdade que as espécies comumente criadas em cativeiro não agradam ao paladar da população local. Isso se deve, fundamentalmente, ao fato de que as espécies de peixes criadas em cativeiro são quase sempre estranhas à mesa imperatrizense, isto é, provêm de outras regiões do país.

Essa realidade pode ser superada com a inserção das espécies locais preferidas em cativeiros, problema de fácil resolução. Nesta direção, os avanços tecnológicos na área da reprodução de peixes em cativeiro e/ou em laboratório são uma realidade e se encontram disseminados devido aos custos relativamente baixos. No entanto, isso não passa apenas pela consciência ecológica ou pela boa vontade de alguns, mesmo quando organizados comunitariamente, mas passa acima de tudo por financiamento compatível, o que teria que se constituir de uma política pública.

De qualquer modo, a adoção de competentes políticas públicas para este setor teria que levar em conta não apenas a preservação das espécies do rio Tocantins, mas também a recuperação da fauna e da flora aquáticas, estas já bastante degradadas. Também, há de se ter em conta que, quando se preserva ou recupera o ambiente natural, igualmente se preserva ou

recupera formas de vida, portanto, de cultura, das populações locais. E, principalmente tendo-se em conta que

Quando os sociólogos falam de cultura, eles pressupõem, em suas discussões, pelo menos duas referências importantes: a tradição e as artes. Ambas são vistas como fonte de legitimidade, estabelecendo, como diria Weber, tipos diferenciados de dominação. Tradição e artes surgem, assim, como esferas específicas da cultura, congregando um conjunto de valores que orientam a conduta, canalizando as aspirações, o pensamento e a vontade dos homens (ORTIZ, 1994, p. 183).

Se é assim, tão importante quanto a preservação do ambiente natural, é a preservação do ambiente social de determinados grupos humanos como forma de garantir seu modo de ser, de ver e de viver o mundo, o que está intimamente ligado à sua sobrevivência enquanto comunidade organizada dentro de um contexto social mais amplo.

3 ANTECEDENTES AMBIENTAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS DA PESCA EM IMPERATRIZ – MA

Por certo, a problemática da pesca na área em que a atual Imperatriz – MA se situa é bem antiga, pois os indígenas que a habitaram em passado remoto devem ter se utilizado desse recurso para a sua reprodução biológica e cultural. Desde o século XIX, faz-se referências à piscosidade do rio Tocantins, à riqueza das matas ciliares, o que inclusive implica em produção de frutos que alimentam algumas espécies de peixes e outros animais, como tartarugas, jacarés (família ALIGATORÍDEOS) etc. (BARROS, 1996). Para o lado do ribeirão Cacau, cuja foz é um dos marcos da humanização da paisagem pelos não índios que ali aportaram em 1852, existia lagos piscosos e ainda nas proximidades, matas em que a caça era abundante.

Esse ambiente garantiu aos não índios que chegavam e povoavam essa área uma “fartura” de peixes, que eram capturados artesanalmente. Essa experiência foi repassada às gerações seguintes, vindo a pesca constituir-se em uma tradição entre a população destituída de capital. Conseqüentemente, conhecimentos, técnicas e estratégias relacionadas a essa atividade se perpetuaram no município e na área de jurisdição da CPI Z-29. Ultimamente, no entanto, a riqueza de recursos pesqueiros ou de outra natureza recém mencionada já não existe, o que preocupa muitos dos pescadores artesanais locais.

3.1 O RIO TOCANTINS E AS DEMAIS ÁREAS PESQUEIRAS DE IMPERATRIZ - MA

O rio Tocantins emerge no contexto da Amazônia oriental como da maior importância em termos de abastecimento alimentar para as populações que em suas margens e adjacência têm vivido ao longo da história. O mesmo tem nascente localizada na região do Planalto Central, conhecida como Serra Dourada, no estado de Goiás (Figura 2). Devido a sua disposição geográfica, recebeu esse nome da nação indígena Tocantins que habitou suas margens, e cujo termo significa “bico de tucano”.

Sua extensão é de aproximadamente 2.416 quilômetros desde sua nascente formada pelos rios Alma e Maranhão até desembocar no estuário denominado rio Pará, que muitos chamam de baía de Guajará, onde suas águas se somam às de muitos outros rios, entre os quais o Amazonas, e vão desaguar no oceano Atlântico (MACEDO, 2002). Seu afluente principal é o Araguaia, da bacia amazônica. O mesmo serve de limite entre os estados de

Tocantins, Mato Grosso e Goiás e ainda entre Maranhão e Pará. O Araguaia tem 1.902 km de extensão. Um dado que merece registro quando se fala dos rios Tocantins e Araguaia está no entendimento de uma corrente de geólogos para os quais este último é mais velho do que o primeiro. Desse ponto de vista, questionando a situação se inverteria e o Tocantins é que seria afluente do Araguaia no qual está a maior ilha fluvial do mundo, a do Bananal.



Figura 3: Rio Tocantins em terras goianas
Fonte: BRASIL. Instituto, 2005

Além dos recursos pesqueiros do rio Tocantins, por longos anos os pescadores artesanais de Imperatriz foram desconsiderados enquanto categoria de trabalhadores pelo Estado. Neste sentido, nem mesmo as ações decorrentes da política pública para o setor pesqueiro da economia do pós I Guerra Mundial chegaram até eles. Então, como o Estado necessitava da adesão da categoria para aumentar a produção e a produtividade (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2005), a União passou a oferecer uma série de serviços à categoria. Dentre estes, pôde-se identificar os consertos gratuitos de embarcações, a cessão de redes e a prestação de serviços de saúde (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2005). Nesta direção e de acordo com a mesma fonte, as famílias dos pescadores também seriam beneficiadas com alguns auxílios sociais, principalmente quanto ao atendimento à saúde.

Da primeira Era Vargas, iniciada em 1930, até muito recentemente, os pescadores foram em larga medida controlados pelos militares. Essa espécie de tutela militar, nos anos de 1970 fez-se a partir do Ministério da Agricultura, quando resultou, dentre outros desdobramentos, em um estatuto para as colônias de pesca (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2005); então corria o mês de dezembro de 1973. Contudo, essas Colônias puderam

conservar as características de uma sociedade civil, mesmo estando estruturalmente sob o controle do Estado, das federações estaduais e da Confederação Nacional de Pescadores (CNP) (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2005; SALOMÃO J. DE SANTANA FILHO, 2005, entrevista). O centralismo político-administrativo marcou, assim, por décadas a relação entre tais trabalhadores e o Estado.

Esse controle marcou as iniciativas ainda que assistemáticas das colônias de pesca, ao longo de sua história. De fato, como posto pelo atual presidente da CPI Z-29, as atividades desenvolvidas, os indícios de improviso são fortes (SALOMÃO J. DE SANTANA FILHO, 2005, entrevista). E, aparentemente sem leme em âmbito nacional, essa modalidade de pesca profissional tem reflexos evidentes nas atividades de cada uma das Colônias criadas e conduzidas pelas legislações que se sucederam desde o século passado. O quadro manifesto na CPI Z-29, em sua área de atuação e entre seus associados, pode ser compreendido em parte como um desdobramento das políticas para o setor, marcadas pelo conservadorismo militar.

Em conseqüência, a experiência dos pescadores artesanais, quanto a uma organização social e política de natureza democrática, é recente. Precisamente, isso veio a ocorrer apenas a partir do período pré-Constituinte 1988 (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2005). Naquela oportunidade, tais pescadores trabalharam no que se denominou de Constituinte da Pesca, cujo objetivo era a elaboração de propostas que atendessem algumas de suas reivindicações, principalmente no que diz respeito a direitos sociais e a acesso a recursos públicos para que pudessem viabilizar a produção e o aumento da produtividade.

Por fim, é de se ressaltar que as políticas públicas no Brasil e as ações das colônias de pesca praticamente não respaldaram a presença de mulheres enquanto pescadoras e colonizadas. Neste ponto, é de se observar que mesmo na academia é relativamente tardio este reconhecimento, como se depreende das obras de Maneschy, Alencar, Nascimento (1993) e de Simonian (2006b, 2004). Como se verá oportunamente, a presença das mulheres ainda que em proporção menor em relação aos homens, sempre foi significativa no rio Tocantins e no âmbito de sua bacia hidrográfica. Pelo que a pesquisa pôde revelar, e neste sentido o questionamento e a presença em campo da Dr^a. Ligia Simonian foi importante, muitas pescaram e/ou ainda pescam para atender a economia doméstica, outras o fizeram com a intenção de colocar parte de sua produção no mercado local, ou mesmo surgiram como comerciantes e exportadoras do pescado capturado no rio.

3.2 A PESCA NO DENOMINADO “TEMPO DA FARTURA”

O termo fartura pode ser definido como grande quantidade, abundância. Assim, entende-se que quando há referência a uma pesca no “tempo da fartura”, reconhece-se que à época havia grande quantidade e variedade de peixes no rio Tocantins, de modo que tal pesca era abundante e pouco trabalhosa. Significa que quando o pescador ia ao rio tinha garantia de trazer o pescado para casa, como ainda ocorre em muitos rios da Região Amazônica.

Dentre os fatores provocadores das oscilações de mercado do pescado, Macedo (2002) cita alguns fenômenos como causa:

Piracema – aqui entendida como o fluxo, o deslocamento dos cardumes rumo a locais onde possam procriar em ambientes que proporcionem segurança e alimentação farta. Tal recurso é imposto por órgãos governamentais com o intuito de proteger os cardumes e em especial os alevinos da ação predatória do homem. Nesse período, fica proibida a pesca com redes de malha inferior a 70 milímetros, a tapagem de canais e riachos que impedem a volta dos cardumes ao leito do rio, o poço; outro artifício para capturar peixes em riachos, o envenenamento da água por timbó (*Clathotropis macrocarpa*) ou por agrotóxicos, bem como a “bateção”, que é o revolvimento da água rasa, cuja matéria orgânica em suspensão diminui o nível de oxigênio da água, fazendo com os peixes subam à superfície na tentativa de sobrevivência.

Nesse momento, eles são capturados de modo seletivo, ficando os menores ou de menor valor no mercado, para servirem de pasto a predadores como o jacaré e peixes carnívoros, bem como a raposa (família *CANIDEOS*), o guaxinim (*Procyon cancrivorus* (Cuvier)) e aves de rapina (famílias: *ACIPITRÍDEOS*, *FALCONÍDEOS*). Não esquecida ainda a pesca com tarrafa, com malhas de até 20 milímetros de diâmetro nas fases da “proteção”, com grande desperdício do pescado na hora da triagem. O peixe apanhado nessa condição chega, às vezes, a causar sérios problemas de saúde ao consumidor.

O mesmo efeito sobre os peixes é provocado por produtos químicos de natureza tóxica usados por agricultores. E, conforme a documentação fotográfica de Simonian (2005b/ arq. fotogr.), de certo modo a diminuição do pescado nesse rio está a contribuir para a preservação de estratégias antigas de pesca, como a que se vê parcialmente na Figura 3, em que os pescadores, no afã de capturar peixes já escassos, adotam técnicas para capturar o máximo de indivíduos ao mesmo tempo, como o chamado “arrastão”, em que um cardume, tão logo é observado, é cercado por grandes redes, de cujo cerco, poucos escapam, o que impede o ciclo de reprodução dos cardumes.

Sobre a modalidade de pesca com rede especificamente realizada na ilha do Capim, Leitão (1997) afirma que esta é uma atividade econômica predominante praticada pelos moradores da referida ilha, voltada exclusivamente para a comercialização. Além de mobilizar a força de trabalho de grande parte dos homens da Ilha, esta atividade representa um importante referencial para os aspectos da organização e relações sociais entre os moradores da ilha, identificadas através da formação das equipes de pesca.



Figura 4: O pescador Paulo Oliveira dos Santos, 26 anos, em espera sobre forquilha, na tentativa de observar a subida de cardumes no rio Tocantins
Foto: A. E. de Pinho da Silva, 2005⁹

A ação do homem é o elemento central na progressiva escassez de peixes em trechos do rio Tocantins. O desmatamento continuado e no mais das vezes criminoso das terras às margens do rio vem provocando não apenas o assoreamento, mas também a escassez das pequenas frutas, folhas e flores desprendidas na água. A vegetação da beira-rio, notadamente aquela que erradamente se conhece como sarã ou sarandi (*Phyllanthus sellowianus*)¹⁰ não apenas propicia sombra, necessária ao descanso dos cardumes, mas também alimentos aos peixes de menor porte.

Os próprios pescadores costumam parar seu pequeno barco nesses sítios, que hoje não muito comuns. Neles, eles normalmente apanham(vam) piaus (*Leporinus elongatus*), pacus (gênero: *Metynnis cope*), mandis (*Pimelodus blochii*) etc. Como posto por Macedo (2002),

⁹ Um grupo de pescadores que fica à espera em terra, quando avisados da chegada por sineta, faz a captura com rede.

¹⁰ Este é um tipo de vegetação própria de terrenos inférteis ou ilhotas pedregosas.

sem as frutinhas, as flores e até os insetos que caem dos “saranzais” na água, o peixe afasta-se à procura de alimento e vai “despovoando” o rio.

Acerca da Usina Hidrelétrica (UH) Tucuruí, segundo dados qualitativos levantados em campo, os pescadores mais experientes entendem que essa intervenção humana no fluxo normal do rio é um fator que contribui para a escassez do pescado. Isso ocorre tanto no que se refere à quantidade, quanto à variedade de espécies. E, a construção da barragem não adotou procedimentos que permitissem sua transposição por peixes migrantes, que muitas vezes percorrem milhares de quilômetros, como é o caso do curimatã (*Prochilodus cearensis*). A respeito e de acordo com dados de 1988, “[...] as capturas diminuem significativamente ($p < 0,05$, $n = 12$) à medida que o nível do rio aumenta [...]” (CETRA, 1998, p. 25). Ainda, é interessante observar que este resultado de pesquisa é reiteradamente referido pelos pescadores mais antigos de Imperatriz, o que fazem com relação a outras espécies.

Por outro lado, espécies reconhecidamente migrantes, incluídas aquelas de peixes de médio e grande porte cujos cardumes ficaram à montante do lago, com cerca de 100 km² de área, adaptaram-se ao “novo” ambiente. Nestes termos, elas dispensam as longas jornadas rio acima, o que naturalmente dificulta sua captura. Por outro lado, espécies de pouca ocorrência na região de Imperatriz, como o mapará (*Hipophthalmus ssp.*), após a construção do lago, tornou-se abundante, mormente em períodos de cheias do rio, mas ocorrendo em menor quantidade durante todo o ano.

Além disso, a barragem de Tucuruí está bloqueando, também, a passagem de outras espécies como: o pacu, o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), o pintadinho (família: PMELODÍDEOS) e a branquinha (família: CARACIDEOS (ANODUSLATOR) Spix), que vinham do rio Moju, no Pará. A confirmar-se tal situação, pescadores afirmam unanimemente, que desde a construção da barragem até os dias de hoje, é constante a diminuição do pescado, tanto em quantidade, quanto em variedade. E essas alterações no ambiente certamente têm contribuído para a escassez do pescado.

Para comprovar tal fato, pela falta de estudos locais, veja-se o que diz Furtado (2003a, p. 166), quando trata da pesca e recursos pesqueiros na região amazônica, citando Bayley (1981) e Bayley e Petrere (1989):

Considerando a extensão da planície de inundação na Bacia Amazônica, estimada em 2,6% da área total, Bayley (1981) calcula uma produção potencial de 217.000 t/ano, para a Amazônia ocidental brasileira que ele compara a um volume de capturas em 1977 de 85.200 t. Num estudo ulterior, Bayley e Petrere (1989) avaliam a produção pesqueira total da bacia, em 1980, em 198.650 t. Esse valor é comparado a um potencial estimado de 514.000 t/ano ou 270.000 t/ano,

dependendo do modelo considerado (área ou comprimento). Introduzindo o esforço de pesca espesso pela densidade de pescadores, Welcomme (1985) indica o valor aproximativo de 50 kg por hectare alagável, que, aplicado ao caso da Bacia Amazônica, dá um potencial de 902.000 t/ano.

Ora, tal estimativa já não se aplica à bacia do Tocantins, pelo menos não na região de Imperatriz, cujo total de captura, em conformidade com informações de CP Z-29, na época da chamada safra de peixes, meses de maio e junho, a média é de 15 toneladas/mês de pescado de espécies variadas, embora a bacia desse rio faça parte da região amazônica.

Por sua vez, isso pode significar que o pescado esteja sendo subexplorado, mas não é o que acontece, uma vez que só a CPI Z-29 conta com um pouco mais de 2000 associados que são pescadores profissionais, embora desenvolvam a modalidade artesanal de pesca. É bem verdade que nem sempre a situação dos pescadores da região foi assim como se apresenta nos dias atuais. E, conforme o relato dos próprios pescadores, dirigentes da CP Z-29 ou comerciantes de peixe, principalmente daqueles mais antigos, a exemplo de José Ribamar Silvar, 54 anos (2005, entrevista) ou de Maria Rita Bandeira da Silva, 58 anos, a escassez do pescado é um fenômeno relativamente recente.

3.3 AS CONDIÇÕES DOS RIOS, DOS CÓRREGOS E DOS LAGOS

No que se refere às condições dos rios de menor porte e riachos existentes na área de influência de Imperatriz e, que são tributários do Tocantins, infelizmente não existem estudos que confirmem sua situação quanto à qualidade de suas águas. Mesmo para os que cortam a cidade de Imperatriz, como o rio Cacaú, o Bacuri e o riacho Capivara, a situação é mais do que difícil. Nestes termos, estes afluentes cortam bairros densamente povoados e recebem grande parte do esgoto *in natura*, como se vê na Figura 5.



Figura 5: Esgoto lançado no rio Tocantins
Fonte: A. E. de Pinho da Silva, 2005

Como é fácil de se supor, todos estes cursos de água que fazem foz no rio Tocantins, são berçários naturais para várias espécies de peixes, bem como celeiros de alimentos para as referidas espécies que deles se utilizam. Disso decorre que, como o peixe só deixa de subir estes cursos de água na época da seca, momento em que a falta de oxigenação da água torna impossível seu acesso, o mesmo já chega ao rio Tocantins contaminado por agentes poluentes de seu *habita*. E, conseqüentemente, mais uma vez pode causar danos à saúde da população, além da mortandade de peixes (Figura 5).



Figura 6: Surubins (família: PMELODÍDEOS) mortos pela contaminação de um afluente do Tocantins. Fonte: Acervo da CPI Z-29, 2005

Embora se reconheça que o rio Tocantins possui um grande volume de água, que teoricamente é capaz de dispersar os resíduos poluentes provenientes dos espaços urbanos ou das atividades agrícola e pecuária, há de se reconhecer que a quantidade de poluentes despejados no rio é cada vez maior. Esta realidade tem conexão direta com o aumento contínuo da densidade da população, que, portanto, produz cada vez mais dejetos, cujo destino final é quase sempre o leito do rio. A propósito, nas imediações de Imperatriz, não raros os pescadores fisgam materiais os mais diversos, desde sacos plásticos, tecidos de toda ordem, sem falar na quantidade de garrafas *pet* e latas de alumínio, ferro e aço principalmente no início do período chuvoso.

Muitas vezes, a população, sem saber como se livrar do lixo doméstico e daquele proveniente de capinas de quintais e podas de árvores, termina por jogá-lo nos riachos. Diga-se, ainda, que as conseqüências mais visíveis são as enchentes que alagam ruas e casas, a produção de gases de odor desagradável pela decomposição de matéria orgânica, e a

proliferação de insetos como o pernilongo e a reprodução de organismos unicelulares patógenos, com graves prejuízos para a saúde e o bem-estar da população. Nesta perspectiva, são as camadas mais carentes as atingidas, que, por falta de condições, terminam por construir habitações nos barrancos dos rios e riachos.

3.3.1 O quadro que se anuncia

A manutenção administrativa da CPI Z-29 (funcionários, água, telefone, energia elétrica, limpeza etc.) é feita com o produto da contribuição de cada inscrito em atividade, sendo que os aposentados estão isentos do recolhimento desta contribuição. Cada um deles participa com o correspondente a dez por cento do salário-mínimo vigente. Neste ponto, uma observação que se impõe diz respeito a que todas as atividades burocráticas estão suspensas devido às condições péssimas da sede da entidade, como já referido anteriormente.

Outro ponto que é contraditório, mas que retrata a realidade, é o fato da CP local não participar de qualquer parcela dos ganhos fruto da comercialização do pescado dos associados, e apesar dessa realidade, em alguma medida, oferece apoio e orientação aos colonizados. Entretanto, essa Colônia não tem qualquer ingerência nos negócios feitos entre atravessadores, pesadores e terceiros, desde que não feridas as normas administrativas ou estatutárias do referido órgão (SALOMÃO J. DE SANTANA FILHO, 2005, entrevista). A possibilidade de alguma participação ou parceria financeira poderia evitar o enfrentamento de impasses, como a da situação atual da sede, que poderia ter sido reconstruída com a colaboração de todos.

Em razão da precariedade de recursos financeiros, a CPI Z-29 ainda não presta aos inscritos a desejada assistência técnica e social. A diretoria por várias vezes tentou alguns programas de treinamento e de pesquisa laboratorial, um deles gerenciado pela Universidade de São Paulo (USP), mas os entraves burocráticos impediram isso. A tramitação dos dois convênios foi de tal ponto morosa, que seus prazos de validade se esgotaram antes que tivessem sido iniciados. Agora, a renovação desses convênios tropeça na mesma burocracia governamental, além de diversas campanhas para a conscientização dos pescadores e seus familiares com relação à pesca predatória.

Ainda quanto à assistência do Governo Federal ao inscrito, mencione-se o salário-desemprego a que tem direito o filiado durante o período da “proteção”, ou seja, de novembro a fevereiro. No entanto, há muitos obstáculos a serem vencidos pelos pescadores que recorrem

a ela. Apenas tem direito ao salário-desemprego o inscrito com tempo mínimo comprovado de três anos de atividade.

A partir dessa comprovação, nada menos que 20 outros documentos são exigidos ao interessado. Precisamente, para formalizar o processo na CPI Z-29, ele toma os caminhos de São Luís e de Brasília, num espaço de tempo de, no mínimo seis meses para sua aprovação, depois que entra na fila de espera do recurso financeiro necessário (ÂNGELA M. BARROS SILVA,¹¹ 2005, entrevista). Isso explica a constatação de que não chega a 400 o número de inscritos beneficiados em Imperatriz.

3.3.2 O comércio

A pensar-se na comercialização do pescado, inexistem regras fixas norteadoras. Como nem poderia deixar de ser, vale também nesse aspecto, a lei da oferta e da procura. O peixe capturado pelos pescadores da CPI Z-29 também está sujeito, para efeito de comercialização, à influência de situações de rotina e até episódicas. A demanda local e regional, a melhor oferta de outros mercados, a escassez ou a abundância do pescado, diminuição do volume de água ou as enchentes, dentre outras ocorrências, repercutem no mercado do pescado, só para citar alguns casos provocadores dessas oscilações provocadas por fenômenos naturais ou mais recentemente, por influência da tecnologia. Neste caso, tem-se barragens que alimentam as hidrelétricas e, que após a execução dessas obras, o cenário da pesca artesanal na região foi modificado completamente.

3.3.3 A produção e as espécies

Dados colhidos junto à diretoria da Colônia mostram que na época da chamada safra de peixes, que se estabelece entre os meses de maio e junho, a média é de 15 toneladas mensais de pescado de espécies variadas. Com o alargamento da fase da “proteção” (novembro a fevereiro) registra-se o curioso fenômeno da presença de uma espécie de peixe que tem um padrão de vida e comportamento ainda não suficientemente esclarecidos, o

¹¹ A entrevistada é vice-presidenta atual da CPI Z-29.

mampará que aparece em quantidade, diga-se, exagerada. Seus cardumes procuram águas mais profundas e sua quantidade é tão grande que eles se chocam contra os barcos, disputando espaço. É descrito como um peixe de “tamanho entre 30 e 40 centímetros de comprimento, cor azulada, fino e bicudo”. Sua quantidade é tão grande que eles se tornam presas fáceis do boto e até do candiru e sua carne não é muito apreciada por ser gordurosa, daí o seu valor comercial modesto. É um peixe que só é capturado com o uso de redes.

A falta de estudo aprofundado deixa até agora sem explicação o fato de o mapará passar a maior parte do ano sem ser visto nem localizado em alguma área definida. Entendem os pescadores que em se tratando de uma espécie herbívora e que acumula grande quantidade de gordura no organismo, ele passaria a maior parte do ano “hibernando” em áreas de água mansa, escura e profunda. Este é um caso a merecer a atenção dos estudiosos da área da ictiologia. Finalmente, o mampará tem marcante preferência nos mercados de São Luís (MA) e Teresina (PI).

3.4 A PIRACEMA E O DEFESO

É a época em que os cardumes se deslocam rio acima, rumo às nascentes, para reprodução. Pescar na época da piracema significa interromper a procriação dos peixes, o que pode comprometer a manutenção dos cardumes e mesmo acarretar no desaparecimento de algumas espécies. Normalmente, o *defeso* ocorre de novembro a janeiro podendo variar em cada região. E na língua Tupi, a palavra Piracema quer dizer “saída dos peixes para a desova”. Os índios já observavam que alguns peixes saíam dos lagos e baías em movimentos migratórios que culminavam com a reprodução, e, mesmo nos dias de hoje, essa ainda é a palavra que melhor traduz toda a complexa seqüência do processo reprodutivo dos peixes em condições ambientais propícias.

Muito antes da reprodução propriamente dita acontecer, os animais interpretam os sinais ambientais de que a estação favorável para a reprodução está para chegar. Chuvas mais freqüentes, dias mais quentes, água mais oxigenada dentre outros, são alguns desses sinais. Machos e fêmeas dispersos em rios, lagos, baías e áreas de alimentação saem para a calha dos rios, deslocam-se vários quilômetros dando formação aos cardumes que se dirigem às áreas de *desova*, onde estarão próximos e prontos para o acasalamento.

A fecundação dos peixes migrantes é externa, e a elevada concentração de machos e fêmeas aumenta as chances de fertilização no ambiente aquático. Os milhões de ovos e larvas,

como nuvens suspensas na coluna d'água, serão vítimas de predadores, da escassez de alimentos e de muitas outras condições adversas. Poucos chegarão à fase adulta. A dispersão dos ovos, embriões e larvas para as margens dos rios, feita pelas correntes, concorre para que encontrem maior quantidade de alimento e proteção, reduzindo essa perda.

3.4.1 Objetivos da regulamentação quanto à piracema

Durante a piracema, o apelo para conservação da espécie é tão intenso que os peixes que se descuidam de suas estratégias de proteção, tornam-se presa fácil. Por isso é tão importante a proteção dos peixes nessa época. Diante desse cenário que se apresenta no quadro abaixo, os órgãos reguladores da União, entre eles o Ibama, estabeleceram um calendário para pescadores e a comunidade (Quadro 1). De um modo geral, são definidas as datas, as bacias com seus respectivos rios bem como as punições para quem for apanhado praticando a pesca fora dos critérios pré-estabelecidos.

Quadro 1: Piracema em 2004/2005

Bacia hidrográfica	Período	Restrições ¹²
Rios Tocantins e Gurupi	01.11.2004-28.02.2005	Permite a pesca embarcada e desembarcada, utilizando linha de mão ou vara, caniço simples, com molinete ou carretilha, com iscas naturais ou artificiais; proíbe a pesca em lagoas marginais; cota de 5kg + 1 exemplar, para subsistência ou consumo no local; esta cota não se aplica a pescadores profissionais do reservatório de Tucuruí-PA.

Fonte: Brasil. Instituto do Meio Ambiente, 2005.

Entretanto, a viagem de centenas de quilômetros deixa os peixes extenuados e muitos pescadores aproveitam-se dessa fragilidade para capturá-los facilmente e em grandes quantidades. Ao agir desse modo, eles interferem em todo o processo de perpetuação das espécies e de renovação dos estoques de pescado. E essa tem sido uma das causas da

¹² Conforme a Instrução normativa n. 25, de 25.10.2004 (BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e ..., 2005).

diminuição do tamanho dos peixes e da quantidade disponível para a pesca nos anos subseqüentes.

Inclusive, nos últimos anos, disseminou-se a reclamação dos pescadores acerca das dificuldades de acesso ao pescado. Isso tem sido colocado principalmente quanto à possibilidade de captura. Nesta direção e como citado anteriormente, a movimentação de grandes cardumes é pequena, mesmo na época da piracema, momento em que este deslocamento é intensificado.

3.5 AS ESPÉCIES MAIS COMUNS DO TOCANTINS

As bacias hidrográficas dos rios Amazonas e Tocantins (Figuras 6 e 7) sempre foram consideradas muito ricas tanto na quantidade quanto na variedade de suas espécies, fato assinalado por Furtado em *Pescadores do rio Amazonas*: “A abundância e diversidade de espécies de peixes na bacia amazônica é um fato já comprovado. Junk (1983, p. 64) traça um mapa onde o baixo Amazonas aparece como uma das áreas, detentoras dessa diversidade conseqüentemente, os rios, igarapés e lagos percorridos por nós inserem-se nesse contexto” (FURTADO, 2003a, p. 166). E, mesmo diante de tudo o que já se disse sobre a diminuição de peixes no rio Tocantins nos últimos anos, especialmente depois da construção da UH de Tucuruí, pelo menos no médio Tocantins, ele ainda pode ser considerado um rio piscoso.

De fato, essa relativa abundância e diversidade podem ser confirmadas por vários depoimentos de pescadores antigos, que, inclusive, afirmam já ter participado de pescarias onde o volume do pescado capturado era tão grande, que fica difícil imaginar que na atualidade possa se repetir tal acontecimento. Ou seja, o rio Tocantins, bem como todos os rios componentes de sua bacia, até passado recente, foi muito piscoso, e se não o é hoje, pelo menos na região à montante da UH de Tucuruí, isso se deve a diversos fatores, com destaque para as intervenções humanas no ambiente natural.

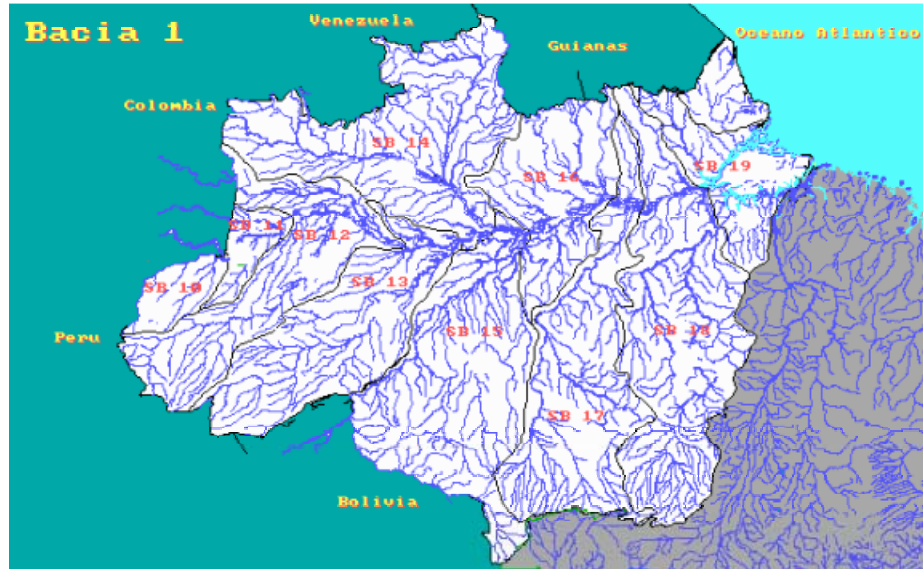


Figura 7: Bacia do rio Amazonas.

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e..., 2005

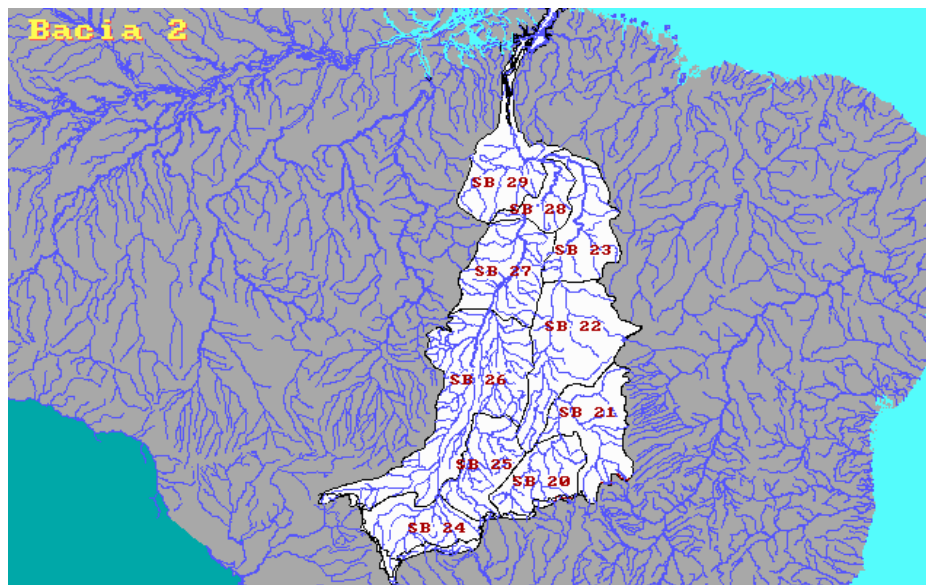


Figura 8: Bacia do rio Tocantins

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e..., 2005.

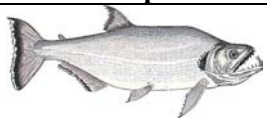

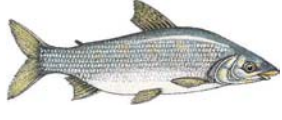
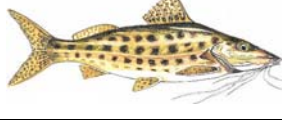


Essa intervenção humana citada acima causou tal impacto, que muitas das espécies desapareceram por completo, até mesmo porque não tiveram tempo suficiente para uma renovação. Isso pode ser percebido no semblante de cada pescador que sai para uma jornada de trabalho e ao final do dia, pouco senão nada, é capturado, o que caracteriza a atual situação da pesca no rio Tocantins, completamente diferente da realidade apresentada por rios amazônicos como testemunha Junk (1983, p. 64):



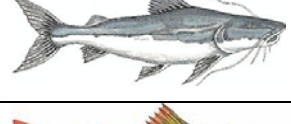

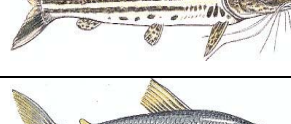
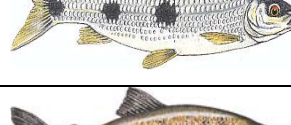
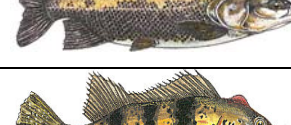

Os peixes são muitos e a pesca é praticada na maioria dos rios, igarapés e lagos amazônicos. Calcula-se que em todo planeta haja para mais de 25 mil espécies, enquanto que a Amazônia possui mais de 1.400 espécies de peixes, por isso, possui a ictiofauna mais diversificada do mundo, afora as espécies que nela ainda são desconhecidas, que podem atingir cerca de 2 mil.

A despeito da diminuição do número de indivíduos por cardumes e mesmo da extinção de algumas espécies, o rio Tocantins ainda apresenta potencial pesqueiro, inclusive porque algumas espécies pouco freqüentes no passado, como mampará, hoje são abundantes.

De todo modo, é possível se propor/implantar uma política voltada para a recuperação do potencial pesqueiro desse rio. Porém, há de se adotar medidas técnicas e sócio-econômicas para com vistas à diminuição da poluição de suas águas, se evite a pesca predatória e se reponha a vegetação ciliar de suas margens, amplamente degradadas. Mas, na falta de estudos científicos, contou-se com a colaboração dos pescadores para se fazer um levantamento das espécies que apresentam maior presença e em maior quantidade, que são as que constam do Quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Espécies mais encontradas no rio Tocantins, segundo os pescadores da CPI Z-29

Espécie	Nome popular	Nome científico	Família
	Cachorra, peixe-cachorro, pirandirá/paraya	<i>Hydrolycus scomberoides</i>	<i>Cynodontidae</i>
	Jaú/giant catfish	<i>Zungaro zungaro e Zungaro jahu</i>	<i>Pimelodidae</i>
	Urimbatá, curimatã, curimatá, curimba, papa-terra	<i>Prochilodus spp.</i>	<i>Prochilodontidae</i>
	Mandi, bagre, surubim-bagre	<i>Pimelodus spp.</i>	<i>Pimelodidae</i>
	Pacu, pacu-caranha	<i>Piaractus Mesopotamicus</i>	<i>Characidae</i>
	Pacu-comum, pacu-branco, pacu-manteiga	<i>Mylossoma spp., Myleus spp., Metynnis spp., Myloplus spp.</i>	<i>Characidae</i>

	Piau-flamengo, aracu-pinima	<i>Leporinus fasciatus</i> ; <i>Leporinus aff. Affinis</i>	<i>Anostomidae</i>
	Pintado/speckled catfish	<i>Pseudoplatystoma</i> <i>Corruscans</i>	<i>Pimelodidae</i>
	Piraíba, filhote	<i>Brachyplatystoma</i> <i>Filamentosum</i>	<i>Pimelodidae</i>
	Pirarara	<i>Phractocephalus</i> <i>Hemiliopterus</i>	<i>Pimelodidae</i>
	Surubim-chicote, Surubim-lenha, Peixe-lenha	<i>Sorubimichthys</i> <i>Planiceps</i>	<i>Pimelodidae</i>
	Piau-três-pintas, aracu-comum, aracu-cabeça-gorda	<i>Leporinus friderici</i>	<i>Anostomidae</i>
	Tambaqui	<i>Colossoma</i> <i>Macropomum</i>	<i>Characidae</i>
	Tucunaré (tucunaré-açu; tucunaré-paca, tucunaré-pinima; tucunaré-pitanga; tucunaré-vermelho)	<i>Cichla spp.</i>	<i>Cichlidae</i>

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, 2005.

Pelo número de espécies identificadas como extintas no presente, percebe-se que o impacto da redução de peixes no rio Tocantins à montante da UH Tucuruí foi efetivamente grande. De fato, estas são espécies que existiram em quantidade significativa no passado recente e que, portanto, por muito tempo ali contribuíram para com a capacidade de captura dos pescadores artesanais do rio. Embora a biodiversidade dos peixes não tenha se perdido de todo nessa área da Amazônia oriental, a piscosidade desse rio, dos igarapés e dos lagos, desde algum tempo já está a impor limites à pesca artesanal local. Inclusive, a ausência persistente de um programa público de gerenciamento para a bacia hidrográfica desse rio constitui-se em ameaça para o futuro dos pescadores enquanto categoria sócio-produtiva.

E a pensar-se em alternativas para a pesca artesanal em Imperatriz, principalmente a partir da Colônia de Pesca local, a participação efetiva não só da categoria e do movimento social coloca-se como da maior importância, mas também é de se esperar que a sociedade imperatrizense como um todo e mesmo a da região mais ampla é essencial. De fato, as conexões dessa categoria com o Estado e com a sociedade ainda são restritas, havendo, portanto, espaços para articulações, negociações, assessorias e apoios, o que poderá contribuir no sentido de maximizar o potencial pesqueiro desse município e de seu entorno. E, nesta direção, os pescadores filiados à Colônia serão por certo beneficiados, mas também os demais segmentos socioeconômicos a eles relacionados, dentre os quais os consumidores.

4 A CRIAÇÃO, A IMPLANTAÇÃO E A EXPANSÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES CPI Z-29

As CP brasileiras, desde a sua organização formal, têm uma relação íntima com o Estado. Foi por meio de iniciativas estatais que elas foram oficialmente criadas. A Portaria 471, de 26.12.1973, é o documento que dá as primeiras notas de existência jurídica visto ter instituído o Estatuto das Colônias (BRASIL. Portaria, 1973). O mesmo define a estrutura e necessárias formas de organização dessa categoria de trabalhadores. A comunidade de pescadores de Imperatriz – MA recebeu a denominação de Zona 29, ou simplesmente Z-29.

Embora seu tempo de existência se aproxime de três décadas de idade, tendo sido criada em dezembro de 1978, a CPI Z-29 tem enfrentado nessa trajetória de vida dificuldades de todas as ordens. Seja da perspectiva da sua organização burocrática seja quanto às complexas questões que envolvem o acesso ao pescado, recurso cuja captura permite que seus associados sejam identificados socialmente e reconhecidos legalmente como trabalhadores da pesca ou pescadores artesanais. Essa Colônia experimenta hoje um singular período de dificuldades em sua história.

4.1 CONDIÇÕES PRELIMINARES

Nas sociedades primitivas a produção da sobrevivência humana estava adstrita ao imediatismo do indispensável, ao atendimento das necessidades básicas. Ali inexistiam relações de troca. Organizados em grupos por parentesco e dividindo as tarefas em função do sexo, a produção era plenamente sustentável uma vez que a franca disponibilidade de recursos e o pequeno contingente populacional garantiam a manutenção indeterminada dos recursos (ANDERY, 2001). Nessas sociedades, onde predominava o extrativismo, certamente a atividade pesqueira, assim como a agricultura incipiente, assumia grande importância social em razão de representarem importantes fontes de alimentos indispensáveis à sobrevivência dos agrupamentos humanos.

O crescimento populacional, sobretudo a partir do século XI, ampliou as possibilidades de consumo. Mesmo que de modo rudimentar em um primeiro momento, a partir dali já havia alguma prática de troca ou mesmo comercial, ainda que tímida se comparada aos padrões das modernas sociedades ocidentalizadas. Evidentemente, esse

crescimento significativo do consumo de produtos, que ao fim têm a natureza como fonte, acabaria por apontar na direção de alguns limites objetivos.

Assim, é que T. R. Malthus (1982), bem conhecido por suas previsões pessimistas acerca da disponibilidade de alimentos, acaba por dar indicações mais elaboradas das limitações da produção agrícola como fonte de recursos frente à demanda resultante do que entendia ser um aumento populacional significativo. E, note-se, seu entendimento foi até a pouco, avaliado como equivocado, senão catastrófico. Nesses termos, ele desconsiderou os recursos naturais oriundos de fontes como os mares e os rios, apesar de sua importância enquanto fonte de abastecimento alimentar.

E é quase um século depois, precisamente em 1883, que o biólogo inglês Huxley ([1894] 1894) pôde afirmar ser inútil disciplinar a atividade da pesca, pois, mesmo com todo o esforço dos seres humanos na extração desses recursos, não se chegaria a ameaçar o estoque natural. O que fica implícito, então, é a idéia de que a natureza é fonte inesgotável de recursos. Esse discurso é, aparentemente, a base da crença solidificada em algumas comunidades tradicionais de que, ainda hoje, não crêem que tal “esgotabilidade” dos recursos naturais possa de fato vir a ocorrer.

A história da atividade pesqueira ainda tem muitas lacunas a serem preenchidas. De fato, a carência de material teórico consistente constitui-se em um dos problemas com o qual se tem que lidar quando se decide investigar essa problemática. Evidente que exemplos existem, como o do antropólogo Firth (1949), que analisou a condição do pescador enquanto campesinato. Nesta dissertação, tenta-se vencer as dificuldades que se apresentam, muitas vezes inferindo, outras a partir de informações que nem sempre foram adequadamente registradas na época devida.

Essas dificuldades na pesquisa quanto a algumas problemáticas teriam que transformar-se em empreendimento científico mais ousado. Parte deste problema é de reconhecer-se, também, os impasses quanto à disseminação da produção já existente, pois muitas vezes se encontram esgotadas, indisponíveis em bibliotecas e arquivos locais, regionais etc. Assim, para a organização histórico-temporal dessa atividade, contou-se com a obra de Sérgio Cardoso de Moraes, publicada em 2001, e com dados veiculados no *site* do Ministério da Marinha do Brasil, consultado em 2005.

Com essas produções, aprende-se que o autoritarismo sempre permeou as políticas públicas voltadas para a pesca artesanal e, especialmente, qualquer organização social envolvendo esse setor produtivo, notadamente com a criação e a implantação dos pesqueiros reais nos tempos coloniais e das colônias de pesca, no século XX. E que, em base a essa

mesma racionalidade, as ações das próprias colônias e/ou dos pescadores em sua individualidade terminaram incorporando tal perspectiva. Em consequência, argumentam muitos dos pescadores entrevistados, lhes é difícil superar os problemas que têm que enfrentar no dia-a-dia de seus empreendimentos quanto à pesca, em especial quanto às questões ambientais e socioeconômicas. A experiência da CPI Z-29 é paradigmática quanto aos limites ideológicos e estratégicos que os associados enfrentam enquanto pescadores.

4.2 A CRIAÇÃO DA CPI Z-29 E AS PRIMEIRAS LIDERANÇAS

A CPI Z-29 é uma entidade comunitária de direito privado sem fins lucrativos, fundada em 30 de dezembro de 1978 por cerca de 300 pescadores que, à época, perceberam algumas vantagens que os movimentos sociais começavam obter junto ao poder público, e reconhecida como sendo de utilidade pública pela Lei Municipal nº. 263/1981. Com sede na cidade que lhe empresta o nome, por muito tempo ocupou um prédio construído na beira-rio como parte da estrutura do cais do porto pelo Governo Federal. Posteriormente, o mesmo foi repassado ao município, que, por sua vez, o cedeu à Colônia para abrigar sua sede e para a comercialização do pescado, como se pode verificar da Figura 9.



Figura 9: Primeira Sede da CPI Z-29, em 1980
Fonte: Arquivo da CPI Z-29

No entanto, em 29 de junho de 2004, exatamente no dia dedicado ao pescador, o prédio foi demolido pela administração municipal sob a alegação de que no local seria construído um novo prédio para abrigar um centro de produção e comercialização de

artesanato, tendo em vista sua localização privilegiada em reconhecido ponto de visitação, a Avenida Beira-Rio. E, como sede da CP, bem como outro ponto para comercialização do pescado, destinou-se outro local, o antigo “Mercadão Municipal Samambaia” (Figura 10), mas tem havido resistência de parte dos pescadores. Dentre outras desvantagens, para a categoria dos pescadores, o mesmo se encontra mais distante da beira-rio e por estar fechado há tempo, necessitaria de uma readaptação/reforma¹³.



Figura 10: Mercado Samambaia.
Fonte: Arquivo da CPI Z-29, 2004

Todos os pescadores fundadores da CPI Z-29 viviam e ainda vivem em sua maioria, da atividade da pesca, bem como de sua comercialização. Seu primeiro presidente foi Pedro Martins Pereira, cuja posse deu-se em 1978. E, no Quadro 3, tem-se alguns dados básicos sobre as gestões dessa CP.

¹³ Também, o mesmo não é tido pela população como ponto comercial, de modo que tal mudança só traria transtorno e insatisfação.

Quadro 3: Presidentes da CPI Z-29, períodos dos mandatos e principais ações

Nome	Período/mandatos Intervenções	Principais ações
Pedro Martins Pereira	09.1978 a 07.1982	Foi o primeiro presidente da Colônia e sua principal ação relaciona-se com a aquisição do prédio para o funcionamento da sede da entidade.
José Ribamar Silva	07.1982 a 01.1983	Início do processo de aposentadorias dos pescadores colonizados
Antonio Alves Rodrigues	01.1983 a 02.1986	Como interventor, realizou a primeira festa de São Pedro e manteve a entidade funcionando até a nomeação de uma junta governativa.
Raimundo Martins Herênio, que se vê na Figura 10	02.1986 a 10.1989	Reestruturou a entidade e realizou várias campanhas educativas sobre questões ambientais. Além disso, credenciou os pescadores para atendimento pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.
Salomão José de S. Filho	1989 – Até esta data	Organização burocrática da CPI Z-29; continuidade do mini-supermercado e instalação de bazar de artigos de pesca; realização de campanhas de conscientização dos pescadores quanto à preservação dos recursos pesqueiros do rio Tocantins e dos riachos; implantação de indústria de gelo; isenção da taxa de contribuição para os aposentados; informatização dos procedimentos internos.

Fonte: Salomão J. de Santana Filho, entrevista, 2005; Secretaria da CPI Z-29, 2005.



Figura 11: Raimundo Martins Herênio
Fonte: Arquivo da CPI Z-29, 2003

No decorrer do tempo o número de pescadores filiados aumentou consideravelmente, o que é testemunhado por Macedo (2002, p. 245), o qual afirma que

[...] atualmente existem em torno de 2.135 inscritos dos quais entre 700 e 800 estão em atividade e entre eles, cerca de 350 a 400 pescadores que recebem o seguro no período da piracema, uma ação clara do Estado na tentativa de pelo menos amenizar a situação dos pescadores no período da “desova”. Cabe ressaltar que a falta desta política acarretaria prejuízos futuros sem precedentes para a pesca artesanal, os demais pescadores estão aposentado ou não fazem mais da pesca sua única ou principal fonte de renda para o sustento da família.

Sua diretoria atual, com mandato até 23 de março de 2007 tem a seguinte constituição: Presidente: Salomão José Santana Filho; Vice-Presidente: Ângela Maria Barros Silva; Diretor Administrativo: Gildomar Pereira da Silva; Secretário Administrativo: Iomar Farias Paixão; Diretor Financeiro: Franomar Gaby Rocha (falecido); Secretário Financeiro: Aricarlos Viana de Sousa; Diretor Cultural: Antonio dos Santos; Diretor Social: Iram Mendes Araújo. A fiscalização cabe a um conselho formado por três membros efetivos e dois suplentes.

No que diz respeito à questão patrimonial, a Colônia não possui grandes bens, como reconhece Macedo (2002, p. 246), ao afirmar que “[...] o patrimônio físico da Colônia é dos mais modestos [...]”. Apesar disto, a mesma possuía patrimônio maior, como por exemplo, uma fábrica de gelo doada por José de Ribamar Fiquene, ex-prefeito e isto em 1994. Entretanto, como o processo de doação não foi completado até este ano de 2005; assim, o uso desse bem vem sendo feito em regime de comodato.

Sua capacidade de produção, quando estivera em boas condições de funcionamento, é de três mil quilos/dia, o que é suficiente para atender à demanda dos inscritos na Colônia em atividade. Essa fábrica de gelo facilitou muito a vida dos pescadores imperatrizenses, pois com ela passaram a ter acesso a um produto a preço de custo que contribuiu para o armazenamento e conservação do pescado. Nestas condições, a comercialização podia ser feita posteriormente sem risco de desperdício, portanto, sem prejuízo para os beneficiários.

A despeito de todos os benefícios propiciados pela fábrica de gelo e pela câmara fria à categoria dos pescadores artesanais, ambas foram desativadas, por questões de ordem político-administrativa do executivo municipal. Assim, com a retomada e demolição do prédio ocupado pela CPI Z-29 pela Prefeitura, tanto a fábrica de gelo quanto a câmara fria foram desmontadas e amontoadas no pátio da Secretaria de Infra-Estrutura do município. Mesmo sem uma contabilidade dos prejuízos, estes foram e têm sido de monta para essa categoria de trabalhadores.

Atualmente, no prédio onde funcionava a sede da entidade a situação é calamitosa, como se depreende das Figuras 11 e 12. Por certo, estas demonstram que a gestão do então prefeito Jomar Fernandes do PT (2001-2004) foi marcada por total descaso para com a categoria dos pescadores artesanais, além de uma evidente falta de planejamento na execução de políticas públicas voltadas para este setor. Essa realidade ocorreu e está sendo vivenciada em Imperatriz, isto apesar de gerar emprego e renda de modo direto e indireto, e de a pesca ser uma das primeiras atividades econômicas de que se tem notícia nesse município.



Figura 12: Parte interna do antigo prédio da sede da CPI Z-29
Fonte: Arquivo pessoal de A. Esmerahdson de Pinho da Silva



Figura 13: Parte externa do prédio demolido da sede da CPI Z-29
 Fonte: Arquivo pessoal de Antonio Esmerahdson de Pinho da Silva, 2004

O prédio e a fábrica de gelo, como já se disse antes, encontram-se totalmente abandonados e não se percebe nenhuma ação por parte poder público para sua reforma, mesmo que para outros usos, como é a proposta da Prefeitura. E apesar dos problemas causados aos pescadores e consumidores de pescado, esse abandono alterou significativamente a paisagem da beira-rio. Além de alguns feitos específicos e importantes para os pescadores, os presidentes da CPI Z-29 circunscreveram-se no âmbito do conservadorismo autoritário. E senão por outra razão, apesar dos avanços de natureza ambiental, social e econômica, as contradições ainda são muitas e resistentes. A administração longa do presidente atual é também um indicador desse viés autoritário.

4.3 PESCADORES CIDADINOS E RIBEIRINHOS; NÚMERO DE ASSOCIADOS; RELAÇÕES DE GÊNERO

No período pós-construção da rodovia Belém-Brasília, a maior parte dos pescadores colonizados junto à CPI Z-29 residia e ainda vivem no núcleo urbano de Imperatriz. Essa realidade se coloca como contraditória. De fato, como se depreende de Imperatriz (1960, apud INSTITUTO IMPERATRIZ, 2003), em 1976, esse município tinha um total de 146.587 habitantes, dos quais 87.269, o que corresponde ao percentual de 59,53 %, que viviam no campo e de 59.318, igual a 40,47%, que residiam na cidade.

No período compreendido pelas décadas de 1970 e de 1980, Imperatriz sofreu uma explosão demográfica, crescendo a uma taxa de 10,57% ao ano. Esta taxa, que se caracteriza como uma das maiores do país e, já em 1980, esses percentuais foram alterados. Conforme se

percebe em Brasil/IBGE (1982), então esse município já contava com uma população de 220.469 habitantes, sendo que 111.818 ou 50,72% desses residiam na zona urbana e 108.651, ou 49,28% permaneceram no meio rural.

Esses aumentos significativos da população local apontam para a importância das migrações, o que inclusive contribuiu para que Imperatriz se transformasse em pólo comercial regional. Foi ao longo desse processo e da ampliação da malha viária que cresceu o mercado de peixe em termos locais e a possibilidade de escoamento da produção via rodoviária para outros municípios da Amazônia oriental. Enfim, todos esses processos podem ajudar a explicar o processo de urbanização desses pescadores.

Note-se que a presença da sede da CPI Z-29 e de uma fábrica de gelo na cidade após 1978, também podem ser entendidos como elementos centrais na decisão de envolver-se na atividade pesqueira e/ou de migrar das áreas interioranas e ribeirinhas do município para a cidade. É nesse momento que a questão de gênero começa a despontar como possibilidade organizacional e política no âmbito pesqueiro artesanal imperatrizense. Aliás, essa questão foi documentada e bem lembrada por Simonian (2005, informação verbal/i. v.), isto a partir de dados recolhidos no campo.

De fato, já em fins dos anos iniciados em 1970, algumas mulheres despontavam no meio pesqueiro de Imperatriz. Como posto por José Ribamar Silva, 64 anos (Entrevista, 2005), a existência de uma patroa de pesca – a Sr^a. Hilda da Cunha de Araújo, 66 anos – na cidade, foi marcante. Foi ela que implantou a primeira fábrica de gelo nessa cidade, precisamente em 1979, a qual é vista na Figura 13. Durante a pesquisa, a mesma foi entrevistada, mas se encontra há muito tempo aposentada e fora desse *métier*. Também, com o tempo, a CPI Z-29 mobilizou as mulheres no sentido de se associarem e participarem das atividades, mas isto é parte de um processo mais recente.

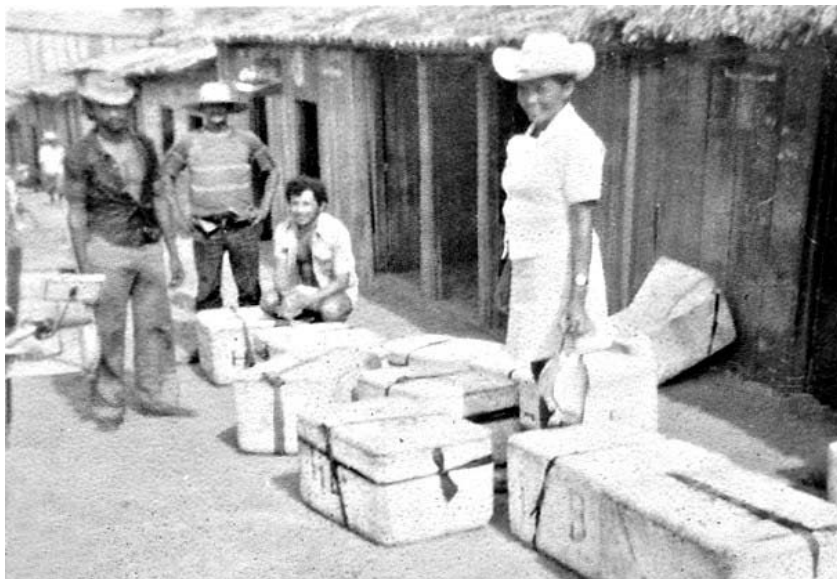


Figura 14: Sr.ª. Hilda da Cunha de Araújo, hoje com 66 anos
Na foto aparece como empresária de peixe anos atrás
Fonte: Acervo da Sr.ª. Hilda; anos de 1980

Neste ponto e pelo que a literatura especializada informa, a presença de mulheres nas atividades extrativistas quase sempre foi invisibilizada (SIMONIAN, 2001). Ao discutir as categorias de ‘gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras’, Alencar (1993) evidenciou uma realidade similar quanto às mulheres pescadoras, que quase sempre eram mencionadas como ajudantes (sic) no trabalho da pesca. Na ilha Trambioca (Barcarena, PA), ainda conforme Simonian (2005b), em que pese serem muito mais de uma centena as pescadoras de camarão, em encontro de 2002, elas tiveram dificuldades em se autoidentificar como pescadoras.

Em Imperatriz, tal realidade não foi e não é muito diferente. Mesmo sendo pescadoras ou patroas, como as Sr.ªs. Hilda acima mencionada e Maria Rita Bandeira Mesquita, que atuaram como tal em fins dos anos de 1970 e durante os anos de 1980,¹⁴ as mulheres pescadoras imperatrizenses não tinham reconhecimento por parte da sociedade local. E apesar de não se ter um censo confiável a respeito, é provável que o fato de as pescadoras não serem prestigiadas esteja na base de seu número bem reduzido.

¹⁴ Conforme entrevistas feitas com Hilda e Maria do Socorro Cunha, esta com 44 anos, atualmente moradoras da localidade de Jatobal (Praia Norte-TO), em agosto de 2005.

Quadro 4: Documentos necessários para que o pescador receba o seguro desemprego

Nº.	Documentos	Quantidade	Tipo
01	Alistamento Militar/Reservista	01	Cópia
02	Atestado médico	01	Original/cópia autenticada
03	CPF	01	Cópia autenticada
04	Carteira de Identidade	01	Cópia
05	Carteira Profissional	01	Cópia
06	Comprovante de residência (água, luz etc.)	01	Cópia
07	Fotografias 3x4 recentes	06	Original
08	PIS ou Pasep	01	Cópia
09	Registro de Nascimento/Cert. de Casamento	01	Cópia autenticada
10	Taxa de expediente	01	Valor/dia
11	Título Eleitoral com comprovante	04	Cópia
12	Registro dos filhos menores	01	Cópia
13	Declaração do pretendente assinada e datada	01	Original
14	Carteira da Marinha	01	Cópia
15	Carteira do Ministério da Agricultura	01	Cópia
16	Inscrição no INSS	01	Cópia
17	Matrícula no INSS	01	Cópia
18	Provas de contribuição pagas à CPI Z-29	02	Cópia
19	Formulário específico preenchido	01	Original
20	Atestado da CPI Z-29 de que é associado	01	Original

Fonte: Salomão J. de Santana Filho, entrevista, 2005; Secretaria da CPI Z-29, 2005

Note-se, ainda, que apesar dos avanços que ocorreram durante as últimas décadas quanto às possibilidades e o processo de organização dos pescadores, dentre os quais o aumento do número de associados, a participação das mulheres enquanto colonizadas, o acesso a certas linhas de crédito dentre outros, persistem muitos entraves burocráticos nos contextos das CPI Z-29. Nesta direção, tem-se a lista de documentos (Quadro 4) exigidos para que um pescador artesanal faça jus ao pagamento do defeso pelo governo federal. Em campo, muitos pescadores se referiram a respeito, e mesmo com a idade avançada, revelaram que não se encontram aposentados.

Embora se reconheça a necessidade de controle por parte do poder público quanto ao que se refere à concessão de benefícios, para os trabalhadores em geral e para os pescadores em particular, nem sempre esse é um processo fácil. A falta de documentação é uma realidade muito presente entre os mesmos. E com o controle, se pretende evitar fraudes. Mas, observe-se que, mesmo neste início de século XXI, qualquer norma reguladora teria que levar em conta que muitas famílias, por motivos vários, sequer conseguiram registrar os filhos e muitos dos adultos masculinos não prestaram o serviço militar obrigatório. Assim, essa quantidade de documentos comprobatórios inviabiliza a maioria dos pleitos dessa categoria profissional.

5 A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA CONTEMPORÂNEA DA COLÔNIA DE PESCADORES CPI Z-29

A representatividade política de qualquer instituição, para existir de fato, passa necessariamente pelo reconhecimento da sociedade onde está inserida essa instituição e como *corpus* organizado jurídica e socialmente. No que respeita a sua ação institucional, a mesma tem importância no âmbito da tomada de decisão em seu próprio benefício, de seus membros e da comunidade como um todo. Ainda, essa importância pode se referir a reconhecimento possível de que a opinião da instituição tem peso no momento da definição de políticas públicas para o setor em que atua.

Desse ponto de vista, a CPI Z-29 existe e é jurídica e socialmente organizada. Seus objetivos são a congregação e a organização de uma classe de trabalhadores autônomos que têm na pesca a principal atividade de sobrevivência do próprio pescador e de sua família. E, note-se que simultaneamente, o pescador contribui, com a produção gerada por sua atividade, a pesca, para a oferta de um bem à comunidade local e regional ou outra, para o aumento da ocupação de mão-de-obra de diversas pessoas de baixa renda. Estas, como a pesquisa evidenciou, são também de baixa escolaridade e têm na atividade de pesca, distribuição e comercialização do pescado, a garantia de ocupação profissional e rendimento econômico.

Enquanto os seres humanos “primitivos” tendiam a viver em sociedade, os seres humanos contemporâneos entendem o ato de viver quando significa conviver, e conviver inclui o outro com suas características e interesses próprios. Por sua vez, estes podem se restringidos ou abdicados em nome de um interesse maior, o interesse comunitário. Porém, isso tem de ser feito de maneira livre, espontânea, senão o que seria convivência harmoniosa passa a ser opressão insidiosa, cujo efeito é a ditadura, a exclusão. E, certamente, isso seria indesejável para uma sociedade que assenta seus valores em bases democráticas, cuja face mais visível é a possibilidade que tem o cidadão comum de filiar-se às instituições que o representem. Precisamente, porque tem a legitimidade da comunidade.

A esse respeito, posicionam-se Toro e Werneck (1997, p. 14): “Toda ordem de convivência é construída, por isso é possível falar em mudança. As ordens de convivência são construídas, não são naturais. O que é natural é a nossa tendência a viver em sociedade”. E acrescentam:

Os gregos se tornaram capazes de criar a democracia a partir do momento que descobriram que a ordem social não era ditada pelos deuses, mas construída pelos homens, quando vislumbraram a possibilidade de construir uma sociedade cujo destino não estivesse fora dela, mas nas mãos de todos os que dela participavam. Quando as pessoas assumem que têm nas mãos o seu destino e descobrem que a

construção da sociedade depende de sua vontade e de suas escolhas, aí a democracia torna-se realidade (TORO; WERNECK, 1997, p. 14).

A própria realidade atual no Brasil, um país que conviveu muitas vezes com regimes de exceção alternados por momentos de abertura política, exige cada vez mais a participação do indivíduo em grupos sociais organizados jurídica e socialmente.

De fato, nem sempre o Estado é capaz, por si mesmo, de conceber e implementar políticas públicas para o atendimento aos interesses de vários segmentos sociais que o integram. E, no que diz respeito ao indivíduo singular, este pode ser forte em suas reivindicações e na defesa de seus legítimos interesses, porém quando se faz representar por uma instituição, cuja voz ecoa mais intensamente que a voz de cada cidadão em particular. Nessa direção, quando se fala em reivindicação e reconhecimento de direitos, não se defende um paternalismo estatal, mas apenas a existência de políticas públicas específicas, sua efetivação e busca equânime em sua participação.

A representatividade política da CPI Z-29 não se destina à busca de favores de políticos, mas à busca do reconhecimento de que existe. Essa CP é formada por cidadãos simples, mas que revelam consciência quanto as suas obrigações e a seus direitos. Sabe-se, também, que culturalmente e historicamente essa é uma atividade digna e legítima e que seus protagonistas teriam que ser ouvidos quando da tomada de decisões sobre os destinos do seu campo de atividade profissional e de seu bem-estar pessoal e social.

5.1 OS FEITOS DA COLÔNIA: CONSERVACIONISTAS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Como já se disse antes, a CPI Z-29 existe como instituição que congrega uma categoria profissional, os pescadores artesanais. Existe não apenas como órgão de caráter reivindicatório, mas acima de tudo, como uma instituição capaz de contribuir ainda que de modo incipiente para o crescimento de seus associados. Precisamente, isto tem sido feito quanto a sua formação política, à construção de uma consciência cidadã, a qual poderá contribuir para o aperfeiçoamento da comunidade local como um todo.

Para tanto, seus membros coordenados pela direção da instituição, participam de atividades sociais, políticas e culturais, quer sejam restritas à categoria, quer envolvam a sociedade local como em sua totalidade. Assim, é que, por exemplo, nos momentos de campanhas eleitorais, os membros da CPI Z-29, respeitadas pequenas discrepâncias, tendem a

votar em determinados candidatos, cujas propostas se identifiquem com seu ideal e seus interesses enquanto categoria profissional, sem, no entanto, esquecer a sociedade global.

Além da participação política, os pescadores filiados à CPI Z-29 participam de atividades quem têm por fim a formação de uma consciência preservacionista. E eles sabem que sua atividade depende dos recursos hídricos, não apenas do rio Tocantins, mas de toda sua bacia, tanto no que diz respeito à quantidade, quanto à qualidade da água. Pelo que a pesquisa realizada em Imperatriz, essas são condições *a priori* para a existência do pescado.

Apesar da luta diária, os afiliados da CPI Z-29 ainda encontram tempo para se dedicar às atividades de caráter social, como é o caso de festejos de Imperatriz. E exemplar nesta direção é o seu envolvimento com a procissão fluvial alusiva aos festejos da padroeira da cidade, Santa Teresa D'Ávila, onde os pescadores abandonam suas redes e espinhéis, enfeitam os barcos e desfilam orgulhosos e reverentes. Aliás, conforme a tradição oral local, essa é uma prática que se remete ao passado, pois os pescadores foram os primeiros a conduzir a imagem dessa Santa, que chegou de barco e subindo o rio, desde sua foz, na baía de Guajará, em 1852.

Além dessas atividades, os pescadores participam de outras de caráter político, as quais, por sua força, já conquistaram alguns benefícios para a categoria. Dentre esses, pode-se identificar: um local apropriado para o armazenamento, a conservação e a comercialização do pescado¹⁵; a aquisição de pequenas embarcações e redes pelo poder público para pequenos pescadores artesanais; e até a incorporação do direito ao seguro-desemprego pago pelo Governo Federal aos pescadores no período de defeso das espécies de peixes (SALOMÃO J. DE SANTANA FILHO, informação verbal, 2005). Porém, tais conquistas constituem-se em apenas um passo no processo de mobilização social que a Colônia e seus afiliados almejam.

Ainda, nenhuma dessas conquistas aconteceu por obra e graça dos políticos e governantes, mas em função da organização política e social da categoria. Pelo que se depreende das entrevistas feitas durante a pesquisa, os pescadores de Imperatriz através da Colônia entendem que as políticas públicas precisam ser construídas, preferencialmente de maneira horizontal, onde todos os interessados são ouvidos. Esse entendimento revela que o cidadão não pode ser apenas objeto de políticas públicas de qualquer natureza, mas sim sujeito dessas políticas.

¹⁵ Benefícios que se perderam com a demolição do prédio e o mau trato dos equipamentos, conforme se pode verificar nas Figuras 9 e 10, ao longo do Capítulo 4.

Decorre daí que muitos avanços com relação a políticas públicas, e serviços públicos foram conquistados pelos pescadores inscritos na CPI Z-29, que os entendem em conformidade com a definição de Mendes Filho (1997, p. 36):

Serviços públicos são serviços fornecidos à comunidade pelo Estado, aos quais por princípio, todo cidadão tem direito. Abrangem todos os serviços prestados pelo aparelho burocrático-administrativo dos governos e o conjunto de benefícios que o Estado é obrigado por lei a prestar à população em áreas como educação, saúde, previdência social, saneamento básico e lazer.

É deste modo, então, que o aparelho governamental está orientado a atuar, buscando solucionar ou pelo menos atenuar questões básicas que podem impedir uma boa condição da vida humana nas comunidades organizadas ou não.

Entretanto, como o Estado se capitaliza para realizar tais ações? Enfim, que procedimentos são adotados para que recursos sejam levantados para o planejamento, a execução e o acompanhamento dessas atividades? A essas questões, Mendes Filho (1997, p. 36) respondem com o que segue:

De modo geral, os serviços públicos se enquadram no setor terciário da economia e são financiados com os impostos pagos pelos contribuintes. Apesar disso, muitos deles são pagos pela população de forma direta, extra tributária, conforme o nível de consumo, caso da luz, água e telefone. Ocorre ainda que alguns serviços, embora de responsabilidade do Estado, também podem ser fornecidos parcialmente à população por empresas particulares, que recebem concessões ou licenças especiais. É o caso da educação, saúde, transporte urbano e até mesmo policiamento particular.

Neste ponto, note-se que os serviços públicos ou a presença do Estado nada mais são do que uma das maneiras de atuação deste mesmo Estado no âmbito da sociedade que o constitui e mantêm. Além de agir como agente regulador no ambiente econômico, de segurança no fomento das atividades que geram receita e dividendos, deve preocupar-se também com as questões sociais que atingem o cidadão individual ou congregado em uma instituição social.

A respeito, depreende-se que a CPI Z-29 poderia ser beneficiada por ações diretas das várias instâncias governamentais, inclusive da União, todas ainda pouco presentes na vida do cidadão e de suas organizações sociais, sempre tendo em conta a dignidade humana. No entendimento de Toro e Werneck (1997), baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que não há um modelo ideal de democracia, toda ordem democrática deverá estar orientada a proteger os direitos humanos (fundamentais, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais) e a proteger e desenvolver a vida.

5.2 A PRODUÇÃO E A PRODUTIVIDADE ATUAL – DIÁRIA, MENSAL, ANUAL

Como já mencionado em capítulo anterior, Imperatriz é uma cidade de médio porte e pouco industrializada. Porém, a mesma tem uma atuação econômica forte no setor primário da economia, com uma pecuária bastante significativa, embora se destaque no setor terciário (comércio e serviços). Por sua vez, seu raio de influência, além de alcançar diversos municípios do sudoeste e sul maranhenses, estende-se por cerca de 20 municípios do sul do estado do Pará e norte do estado do Tocantins.

No campo das atividades comerciais, Imperatriz é, reconhecidamente, um pólo atacadista importante e diversificado. No campo dos serviços, a cidade está aparelhada para um bom atendimento na área da saúde, e está se firmando como pólo de ensino superior. Também, a mesma conta com instituições públicas e privadas de ensino, oferecendo vários cursos que visam capacitar a população carente de conhecimentos que possam responder a uma demanda que aí se apresenta.

É inserida nesta complexa teia de relações sociais e comerciais, que se encontra a CPI Z-29 e seus associados. Ambos se dedicam a uma das únicas atividades extrativistas que ainda se pratica no município, a pesca artesanal, a qual, segundo dados da CPI Z-29 deste ano, gera aproximadamente mil empregos diretos e indiretos. Estes são caracterizados pela atividade da pesca propriamente dita, passando pelo *vareiro*¹⁶, indústrias de gelo, setor de transporte, até bancas de comida caseira localizadas no cais do porto, postos de combustíveis, dentre outros.

Ainda não existe um banco de dados estatísticos sobre a produção do pescado na área jurisdicionada da CPI Z-29. Entretanto, sabe-se que excetuando períodos atípicos como é a época da Quaresma no âmbito da religião católica, quando aumenta muito a demanda por pescado, a produção é suficiente para atender ao mercado local e parte do regional. Mesmo no período de defeso, o mercado já é atendido por criadores de peixes em cativeiro.

5.2.1 Comercialização

A comercialização do pescado produzido pelos pescadores da CPI Z-29, até período recente era realizada no prédio conhecido como mercado do peixe localizado no cais do porto e dotado de capacidade de armazenamento e conservação do pescado, uma vez que dispunha de câmara fria e fábrica de gelo. Além disso, possuía boxes para a comercialização no varejo.

¹⁶ O vareiro é um vendedor de peixe que a pé carrega seu produto em varas apoiadas nos ombros.

Atualmente, o mercado está desativado e não se vislumbra uma solução no curto prazo para essa situação.

O comércio de peixes é praticado de duas formas principais: pelos pequenos pescadores, que além de realizarem a pesca, vão às ruas ou às feiras oferecendo seu produto; pelos atravessadores, pessoas que dispõem de um pequeno capital e de alguma estrutura de armazenamento, que se postam no cais do porto à espera dos pescadores que, dispondo de melhores equipamentos, capturam maior quantidade de pescado, os quais são obrigados a vender imediatamente a produção diária ou semanal. Assim, o lucro do próprio pescador é minimizado, pois os atravessadores terminam por impor o valor do pescado. Significa dizer, que o pescador, por não dispor de uma estrutura mínima para o armazenamento e a conservação do peixe, recebe remuneração menor pelo fruto de seu trabalho.

5.3 O MERCADO ATUAL – PARA ALÉM DOS LIMITES DE IMPERATRIZ – MA

Naturalmente, tal como acontece com os demais produtos e serviços disponibilizados pelo mercado de Imperatriz, o pescado aqui produzido já abastece outros mercados, pelo menos no período em que os cardumes se movimentam rumo à montante do rio e cuja movimentação não coincide com o período de defeso das espécies. No entanto, os pescadores e a comunidade sabem que o pescado, naturalmente importante, não é um recurso inesgotável e cuja escassez já se faz sentir, de modo que alternativas precisam ser buscadas. As iniciativas no sentido de fortalecimento da prática de criação de peixes em cativeiro se mostram viáveis, a médio e até a curto prazo.

São necessários estudos científicos sobre possíveis impactos ambientais para a criação de peixes em tanques-rede em alguns locais do próprio rio que se mostrem adequados para tal prática, bem como estudos de viabilidade de projetos de piscicultura em propriedades localizadas nas margens, de modo a se poder utilizar o potencial aquífero do Tocantins. Além disso, pode-se pensar na reposição de espécies apropriadas à pesca esportiva como o tucunaré (*Cichla spp*), o pacu (*Piaractus Mesopotamicus*), a piabanha (*Brycon carphogagus*), a caranha (*Lutjanus griseus*), a cachorra (*Hydrolycus scomberoides*) e muitas outras.

Para que um projeto desse porte possa alcançar sucesso, haveria de se pensar na possibilidade de suspender a pesca para o consumo por um período relativamente longo. Em contraposição, tem-se o argumento de que tal decisão poderá causar um problema social de ordem momentânea, com o afastamento dos pescadores profissionais de suas atividades, o que demandaria investimento público prévio para o atendimento dos mesmos durante o período.

Depois, dado sua experiência, poderiam ser aproveitados como prestadores de serviço no ramo da pesca esportiva, inclusive como autônomos, já que grande parte deles dispõe de embarcações próprias.

5.4 A RENDA DA PESCA, O SEGURO DESEMPREGO DO PESCADOR ARTESANAL, A APOSENTADORIA E A RENDA FAMILIAR

Geralmente, a se mencionar as comunidades pesqueiras, a primeira imagem que vem à mente é a de uma atividade produtiva única que envolve agentes sociais relacionados restritamente à pesca. Mas, na realidade, os muitos estudos relativos a essas comunidades indicam algo diferente. Nestas, é freqüente se encontrar outras modalidades produtivas como a agricultura em escala de subsistência, ou a criação de pequenos animais, por exemplo, além da pesca, como indica o estudo de Peirano (1975), realizado no Ceará.

É considerado pescador artesanal aquele que faz da pesca sua principal, senão única fonte de renda para o sustento de toda família. Com a promulgação da Constituição (BRASIL, Constituição, 1988) vigente, os movimentos dos pescadores passaram a ter o *status* de sindicatos como já foi amplamente discutido anteriormente. E, a partir desse momento, o profissional da pesca artesanal passou a ter direito à aposentadoria.

Ao pescador que exerça sua atividade de modo artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, durante o período de proibição da pesca para a preservação da espécie marinha, fluvial ou lacustre, a cuja captura se dedique, é concedido o benefício do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal (SDPA). Para conseguir este Seguro, é de se respeitar alguns requisitos que comprovem a atividade da pesca artesanal. Dentre os mesmos, tem-se: 1) possuir registro como pescador profissional, no IBAMA, há, no mínimo, três anos; 2) possuir atestado padronizado e fornecido pelo Ministério do Trabalho (MT); 3) possuir atestado da CP a que o pescador artesanal esteja filiado ou do órgão do IBAMA com jurisdição sobre a área onde atue. O atestado fornecido pela CP precisa ter o carimbo personalizado de seu presidente ou de representante legal, que terá de ser conferido com o cartão de autógrafa. É com esse documento que se comprova o exercício da profissão de modo artesanal.

Outros dispositivos não de ser considerados no âmbito desse processo de reconhecimento do pescador para fins de pagamento do Seguro Desemprego:

1 Este registro poderá ser comprovado mediante apresentação da carteira do IBAMA, da antiga carteira da SUDEPE, ou do registro constante na Carteira da Marinha.

2 Dedicaco à atividade, em caráter ininterrupto durante o período transcorrido entre a paralisao anterior e aquela em curso.

3 Renda não superior a R\$ 158,27 (cento e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos) mensais, em valores de setembro de 1998, valores atualizados conforme determina a Lei n. 8.287, de dezembro de 1991.

4 O referido atestado poderá ser substituído, em último caso, para a mesma finalidade, por declarao de dois pescadores profissionais idneos, portadores de registro no Ibama há no mínimo três anos, condicionado à análise e aceitao pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

5 Estar registrado na Previdência Social.

6 O pescador deverá comprovar o pagamento de pelo menos 2 (duas) contribuices previdenciárias anteriores à data do início do defeso;

7 Para a comprovao do grupo familiar, o pescador artesanal deverá apresentar Certidão de Casamento, ou designao de companheira, Certidão de Nascimento dos filhos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. Essa situao se aplica aos componentes do grupo familiar (filhos e cônjuge) maiores de quatorze anos.

8 Não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestao continuada, previsto no regulamento pela Previdência Social, excetuando auxílio-acidente e pensão por morte, previstos na Lei n. 9.032, de 28 de abril de 1995.

O prazo para requerer o benefício do seguro-desemprego será contado a partir da data de início do defeso até o seu final, não podendo ultrapassar 120 dias. Além disso, o período do defeso s será aceito se determinado por Portaria do IBAMA, publicada no Diário Oficial da União e varia de região para região. Para efeito de preenchimento do Campo 30 (Denominao da Espécie) do Requerimento do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal (RSDPA), considerar-se- a data de publicao da Portaria no Diário Oficial.

O Seguro-Desemprego  concedido em número igual de parcelas relativas aos meses de durao do defeso. Por sua vez, o valor de cada parcela será igual a um slrio mínimo vigente. Caso o período de defeso seja em caráter excepcional, prorrogado além da durao usual para a espécie sob controle, conforme classificao do IBAMA, a concessão do Seguro-Desemprego será limitada ao período usual, acrescido de um mês.

5.5 AS ALIANÇAS POLÍTICAS, OS PARTIDOS, AS INSTITUIÇÕES (IGREJA, UNIVERSIDADES, OUTRAS) E O MOVIMENTO SOCIAL GERAL

Dentro de uma tica organizacional, o movimento dos pescadores conhecido como “*Constituinte da pesca*”¹⁷  considerado como um marco divisor nas questões que buscam a consolidao dessa categoria de trabalhadores. A expectativa em meados dos anos de 1980 era a de que essa categoria pudesse vir a desenvolver um movimento social forte e, conseqüentemente, com uma maior visibilidade no âmbito do Estado e da sociedade nacional.

¹⁷ A Constituinte da Pesca constituiu-se em um dos resultados do movimento dos pescadores da primeira metade da década iniciada em 1980, tendo ocorrido em 1985, após uma mobilizao nacional que culminou com uma reunião ampla em Brasília (W. LEITÃO, 2005, i. v.).

Esse movimento resultou da IV Assembléia Nacional dos Pescadores, que aconteceu em 1984, quando os pescadores, técnicos da área, pastoral da pesca entre outros interessados, reuniram-se na tentativa de mobilizar pescadores de todo o Brasil objetivando a inclusão de reivindicações da categoria na Constituição brasileira que começava a ser elaborada.

É bem verdade que na própria capital federal durante a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, o movimento dos pescadores se juntou a outros tantos movimentos sociais, como aqueles que congregavam os agricultores, professores e outros segmentos, que também reivindicavam seus direitos sociais e políticos. A idéia central era apresentar aos deputados e senadores constituintes, a inclusão das propostas dos pescadores artesanais na nova Constituição. Após sua promulgação em 05 outubro de 1988, percebeu-se alguns avanços voltados para a organização dos pescadores artesanais.

As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Daí em diante abriram-se possibilidades de as CP elaborarem seus estatutos, adequando-os às peculiaridades de seus municípios e das regiões brasileiras. Uma prova dessas conquistas é o artigo 8º. da Constituição (BRASIL. Constituição, 1988), que trata de questões relacionadas às colônias e aos STR, então equiparados; e, merece destaque o inciso I do mesmo artigo: “[...] a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”.

É importante ressaltar que todo este movimento de pescadores envolveu desde as colônias de pesca passando pelas federações estaduais até a Confederação Nacional de Pescadores (CNP). Esta última, por sua vez, teve seu primeiro momento de organização como entidade de classe nos anos de 1920, movimento este, capitaneado pela Marinha do Brasil, como mostra Silva (1972). Esse movimento dos pescadores teve ao longo de sua história uma fortíssima intervenção do Estado em suas esferas municipal, estadual e federal.

No Brasil, a Pastoral da Pesca teve uma contribuição considerável na mobilização e na organização dos pescadores, principalmente na década que começou em 1970, justamente na época da ditadura militar. É importante frisar que esta Pastoral teve uma atuação significativa, principalmente nas regiões norte e nordeste do Brasil. E, quando do lançamento da “Constituinte da Pesca”, o presidente da CP, como em épocas anteriores, era indicado pelo Ministro da Agricultura. Um detalhe que chama a atenção é que mesmo esse presidente sendo “nomeado” pelo Ministro, a indicação partia da classe dos pescadores, estando em tese este representante compromissado com a causa que ele bem conhecia.

A pensar-se no caso da participação da CPI Z-29 nos movimentos regionais e nacional voltados à pesca, o que se percebe é que mesmo sendo fundada ainda no final da década de 1970, portanto já se aproximando de três décadas de existência, é baixa mobilização política de seus filiados, o que é público e notório. Note-se, ainda, que a falta de recursos limita a sua participação em eventos desta natureza. Uma prova quanto a essa demonstração da incipiência organizacional dos pescadores imperatrizenses é a condição em que se encontra sua sede.

Precisamente, além do que se comentou e visualizou anteriormente a partir de documentação fotográfica, a sede não possui a estrutura mínima para os trabalhos burocráticos e operacionais de que esses pescadores tanto necessitam. Por sua vez, enquanto categoria, eles pouco fizeram para resolver essa problemática. O mesmo pode ser dito quanto aos políticos locais e da região, sendo que a criação de uma SNEP por parte do Estado brasileiro durante o primeiro governo Luis Inácio Lula da Silva, todavia não se fez sentir na região, que seria de se esperar.

6 AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA PESCA ARTESANAL IMPERATRIZENSE

Sabe-se que em todos os seguimentos da vida, econômica, social, cultural, enfim, em todos os ambientes, as mudanças ocorrem de modo bastante acelerado. Um parâmetro para esse entendimento é a própria Revolução Industrial, pois permite entender com facilidade como os meios de produção foram alterados de modo brusco em pouco espaço de tempo. Esse processo todo modificou completamente a sociedade da época.

O avanço técnico e científico e o crescente processo de industrialização, seja nos países ricos, seja nos pobres, nos capitalistas ou no que restou dos socialistas, vêm gradualmente interferindo de forma direta na natureza alterando seu curso natural, tudo em benefício dos interesses imediatos dos homens. Ao seguir esse raciocínio, Ross (1998, p. 211) diz que: “Nesse cenário que se apresenta, as formas novas de vida animal e vegetal, com a evolução gradativa das espécies e o desaparecimento de outras ao longo da história da terra, possibilitaram o surgimento da espécie que hoje se caracteriza como a principal predadora dos recursos da natureza – o Homem”¹⁸. E a história natural dos seres humanos, relacionada com uma escala geológica, é de certo modo insignificante.

Nessa perspectiva, os registros da história natural indicam que os primeiros vestígios da vida animal e vegetal sobre a terra remontam à apenas menos de um bilhão de anos, portanto como a espécie humana só aparece no último milhão de anos Ross (1998), menor ainda é sua história como ser organizado. E ao se caminhar nessa direção, encontra-se um período de aproximadamente entre seis e sete mil anos, sendo quatro ou cinco mil antes de Cristo e mais dois mil depois de Cristo. Assim sendo, os seres humanos formam uma espécie que foi disseminada por todo o planeta desde os primórdios de sua existência.

As carências desses seres quanto a alimentos, a abrigo e agasalho, somadas ao crescimento do número dos indivíduos da espécie, exigiram cada vez mais criatividade para a resolução de problemas ligados diretamente à própria sobrevivência. E, numa clara demonstração de dominação do planeta pelos seres humanos, Ross (1998, p. 212) faz uma afirmação bastante coerente:

Dentro desta perspectiva, ele foi selecionando espécies vegetais de maior interesse para a sua alimentação e para a confecção de abrigo e agasalhos, domesticando animais mais dóceis e caçando outros, que forneciam carne e couro. A capacidade crescente do raciocínio e o aumento do número de indivíduos, organizados em

¹⁸ Em vez de Homem, leia-se “seres humanos”.

sociedades cada vez mais complexas, transformaram lentamente o homem no animal mais importante da Terra e, portanto no maior predador da natureza.

Fica caracterizado aqui que as transformações no planeta ocorrem praticamente desde os primeiros sinais da existência do homem na face da terra. A preocupação dos indivíduos com sua própria sobrevivência fez com que a distância entre eles e a natureza fosse cada vez mais aumentando. Nesse sentido, enquanto o homem cultivava, criava, coletava ou extraía do solo recursos naturais apenas para a sua subsistência, essa distância era muito pequena.

Porém, como é do conhecimento de todos, e isso se percebe claramente, a expansão comercial que estava ocorrendo em todo planeta somada às novas necessidades criadas pelas sociedades humanas, resultou num verdadeiro festival de apropriação desenfreada e indevida dos recursos naturais. E Ross segue (1998, p. 213):

O acréscimo do conhecimento técnico-científico dos séculos XVIII, XIX e XX possibilitado pelo capitalismo colocou definitivamente os interesses das sociedades humanas de um lado e a preservação da natureza do outro. Até praticamente a década de 70 deste século, não havia no mundo menor preocupação com as questões ambientais ou ecológicas, a não ser nas universidades, onde o assunto era tratado cientificamente.

A mencionar-se a pesca artesanal nesse contexto de mudanças, a realidade não é muito diferente; o rio Tocantins é uma prova dessas transformações que vem ao longo do tempo mudando todo o cenário natural e impactando de modo negativo o ecossistema; tais procedimentos ganharam força na região a partir da abertura da rodovia federal BR 010 – conhecida como Belém-Brasília – ainda na década iniciada em 1960.

Os avanços socioeconômicos que se seguiu podem ser considerados como desordenado, pois não foi precedido por nenhuma modalidade de planejamento. Esse crescimento fez com pessoas de todos os cantos do país buscassem em Imperatriz emprego e dinheiro fácil, a população cresceu de forma rápida e totalmente desorganizada, sem nenhum tipo de acompanhamento por parte dos órgãos responsáveis pelo planejamento e instalação dos serviços mínimos de infra-estrutura. É claro que com esse conjunto de fatores negativos, os bolsões de pobreza começaram aparecer por todos os lados e com isso as condições de vida também ficaram comprometidas.

O rio Tocantins sofre muito hoje com esse crescimento que foi desencadeado a partir da década iniciada em 1960. E, para comprovar essa informação basta ressaltar a quantidade de esgotos *in natura* que é despejado diariamente no seu leito, apenas pelo município de Imperatriz. E embora tenha perdido grande parte de seu território original e, portanto, de sua

população,¹⁹ sua única estação de tratamento de esgotos está fora de operação a muito tempo, conforme se pode verificar nas Figuras 15 e 16.



Figura 15: Placa de identificação da lagoa de estabilização
Fonte: A. Esmerahdson de Pinho da Silva, 2005



Figura 16: Lago 1, localizado junto à cidade
Fonte: A. Esmerahdson de Pinho da Silva, 2005

Isso tudo fez com os pescadores artesanais colonizados da CPI Z-29 ou mesmo outros buscassem outros meios de sobrevivência. Fundamentalmente, eles mudaram a modalidade de

¹⁹ Na década de 1990, seis de seus distritos emanciparam-se; e, no início deste século o município contava com 230.450 habitantes (BRASIL. Instituto Brasileiro ..., 2000).

pesca como é o caso dos criatórios em fazendas da região (Figura 15). Inclusive, tais criatórios começaram a fazer parte da paisagem econômica regional e muitos pescadores mudaram de ramo, principalmente, porque o sustento da família com o resultado da pesca está cada vez mais difícil.



Figura 17: Criatório de peixes no município de Senador La Rocque - MA

Fonte: CPI Z-29, 2005

E note-se, que embora essa modalidade de pesca necessite de um manejo específico, já começa a experimentar a criação de espécies raras e que estão em extinção, como é o caso do pirarucu (ARAPAIMA) (Figura 18), trazendo resultados positivos para os criadores, que em geral dispõem de certo capital para iniciar o empreendimento. Mas, com a criação da SEAP, é possível que programas de políticas públicas venham em futuro próximo beneficiar os pescadores artesanais nessa direção



Figura 18: Pirarucu criado em cativeiro

Fonte: Arquivo da CPI Z-29, 2005

Com relação aos criatórios de peixes em Imperatriz ou em suas proximidades, o pescador José (Zé da Geleira) diz:

[...] antigamente a gente saía bem cedinho e ia aqui perto da praia do Cacau pescar e antes do almoço eu já estava em casa com uns oito “cambos” de peixe, dava pra comer com a família, vendia um pouco e ainda guardava um pouquinho pro outro dia, hoje você passa o dia todin (sic.) até a “boquinha” da noite e não pega quase nada, já pensei em fazer outra coisa pra sobreviver mas que tem estudo não arruma nada imagina eu que mal sei lê”. Se não fosse esse criatório aqui eu não sei o que seria de nós (depoimento de pescador colonizado, agosto 2005).

É neste cenário cheio de expectativas e dúvidas quanto ao futuro que se discute opções novas para a pesca artesanal na área de influência de Imperatriz. A respeito, precisa-se entender o todo nessa configuração; e de acordo com Prado Jr. (1994), é insuficiente observar-se apenas alguns fatos, acontecimentos ou setores da sociedade para compreender o todo ou a parte que em discussão. A confirmar esse entendimento, Prado Jr. (1994, p. 19) continua:

Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. Isto se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja.

Sob este enfoque destacado por Prado Jr., a realidade da pesca praticada pelos pescadores artesanais de Imperatriz, bem como os impactos dela provenientes, não pode ser compreendida como fato isolado no contexto da história e da cultura local.

Nestes termos, uma abordagem mais ampla se faz necessária, que por sua vez requer para seu completo desvelamento e compreensão, minimamente um tratamento quanto às problemáticas que seguem: a do desmatamento acelerado da região a partir das décadas de iniciadas em 1960 e em 1970; o crescimento demográfico desordenado; e a incapacidade dos poderes públicos para atender às demandas crescentes.

6.1 A REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO REGIONAL

Uma característica marcante da economia imperatrizense é o fato de ter, desde muito, se desenvolvido a partir de “ciclos” (FRANKLIN, 2002)²⁰. Neste ponto, talvez a noção de processos socioambientais seja mais adequada, principalmente pela complexidade que a questão em discussão implique. Observe-se, também, que os desenvolvidos em Imperatriz e entorno deixaram marcas possivelmente irreversíveis no ambiente local/regional. Inicialmente, os mesmos se realizaram a partir de atividades extrativistas e agrícolas, a saber: exploração do caucho (*Castilloa ulei*), matéria-prima para a fabricação industrial da borracha, para cuja extração a derrubada da árvore se fazia necessária; cultivo de arroz por meio de pequenas roças; extração, aparelhamento e comércio de madeiras; e o chamado ciclo do ouro, produzido em Serra Pelada.

No que respeita a esse último processo, Imperatriz se beneficiou largamente, já que naquele momento começava a se firmar como centro de abastecimento regional com alcance para além das suas fronteiras políticas estaduais, mas ao mesmo tempo, tendo sofrido impactos importantes como o aumento da população sem nenhum planejamento. De todo modo, essa cidade firmou-se como centro distribuidor de produtos manufaturados, na condição de atacadista. E, ainda, distribuiu e ainda distribui mercadorias para grande parte das regiões norte e nordeste do Brasil, como sintetiza Franklin (2002, p. 24-25):

Na década de setenta, Imperatriz teve sua população elevada consideravelmente. Tornou-se o município mais populoso do estado. Depois da capital. Sua privilegiada posição geográfica, equidistante das principais capitais e cidades do Norte e Meio-Norte, dotada de boas estradas, a transformou num pólo de abastecimento comercial de todo o sul maranhense, sul do Pará e norte do então estado de Goiás (hoje estado do Tocantins. *O grifo é nosso*). Do final da década de oitenta para o início dos anos noventa, Imperatriz viu-se como um dos maiores pólos atacadistas do País. Nesse ínterim, adveio o fenômeno do garimpo de Serra pelada, que ampliou o volume comercial em toda a região, favorecendo principalmente Imperatriz e Marabá - Imperatriz, por seu pujante comércio e porte abastecedor, e Marabá, por situar-se na “boca” do garimpo.

Em razão da densidade demográfica local somada às populações dos municípios próximos onde podem ser incluídas algumas cidades do Pará e de Tocantins, o município de Imperatriz é importante como centro de atividades varejistas. Estas, por sua vez, mormente as ligadas aos setores prestadores de serviços, são, a exemplo do restante do país, as principais atividades

²⁰ Neste ponto, observe-se que a noção de ciclo tem sido criticada no âmbito acadêmico, principalmente por sugerir um estancamento a partir do final de um deles e por deixar de explicitar que resistências às mudanças em geral existem.

quanto à geração de emprego e renda. De fato, a cidade continua sendo o pólo de abastecimento de toda a região circundante, com mais de cem municípios e população superior a um milhão de habitantes.

Mas, em tempos recentes e atuais, Imperatriz ultrapassa o limite da distribuição de produtos e se notabiliza pela prestação de serviços, seja nas áreas da educação e saúde sem abandonar atividades ligadas ao setor primário como é o caso da pecuária de leite e de corte. E, com um numeroso contingente de profissionais especializados, principalmente nas áreas da educação, do direito, da saúde, da administração, da economia e tantas outras, essa cidade consolida-se como um pólo importante de prestação de serviços e comércio. A destacar-se o campo da educação, a mesma consolida-se como pólo universitário, a partir da implantação de várias faculdades nos últimos anos, tanto públicas quanto privadas²¹.

Mesmo considerando a ligação estreita da cidade com o rio Tocantins, e em esse rio ser um dos grandes rios brasileiros, a atividade pesqueira não figura como atividade das mais importantes dentre as várias enumeradas acima. A pesca é atividade praticada na região desde antes da chegada dos colonizadores de origem européia, mas mesmo assim goza de pouca importância do ponto de vista da economia local/regional. Assim, a visibilidade social do pescador artesanal é quase inexistente.

E uma das explicações para essa realidade certamente seja o fato de que esses profissionais que fazem da pesca sua principal atividade produtiva e que são filiados à Colônia Z-29, integrem um grupo relativamente numeroso, mas de poder aquisitivo incompatível com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) proposto da Organização das Nações Unidas – ONU, o que se depreende do depoimento a seguir:

Para podermos atender a todo o povo que vai procurar peixe lá no cais a gente tem que trabalhar até tarde da noite porque a gente é pobre e não pode trabalhar com motor bom, tem que ser no braço mesmo. É só de vez em quando que eu consigo emprestado um rabudo do Ribamar, quando ele não tá pescando. Os cardume (*sic*) a gente só pega na sorte (ISMAEL, pescador filiado à Z-29, 41 anos de pesca no rio Tocantins).

Até o fechamento da eclusa da barragem de Tucuruí teria havido fartura de pescado, esse é um ponto comum nos discursos dos pescadores com os quais o pesquisador entrou em contato. Então, as pescarias rendiam grandes quantidades de peixe.

Ainda, pelo que a pesquisa de campo revelou, a UHE Tucuruí é um dos fatores, talvez dos mais dramáticos, que contribuiu para o processo de diminuição na quantidade e

²¹ Destaque-se, nessa direção, a UFMA, a UEMA, as Faculdades de Imperatriz (FACIMP) e a FAMA.

diversidade do pescado. Houve, ainda, o aparecimento de espécies de peixes que até então não se registrava na região, e esse fenômeno tem sido atribuído pelos pescadores à barragem, embora as explicações para esse acontecimento sejam as mais distintas. A situação hoje, no que tange à disponibilidade de pescado é, para as visões mais realistas, crítica. Dos pescadores associados da CPI Z-29, poucos são os que possuem grandes barcos movidos a motor. A maioria dos profissionais conta com embarcações de sete metros ou menos, movidas a motor de pequena potência, ou impulsionadas por remos, ambos os fatores dificultam o deslocamento desses pescadores para a captura de peixes em áreas que, por serem mais afastadas, podem oferecer quantidade de pescado que minimizam os custos.

Por outro lado, poucos dispõem de caixas térmicas para conservar o pescado por longos períodos, de modo que quando essas poucas caixas estão cheias, mesmo que a pescaria esteja boa, os pescadores são obrigados a se deslocar para a cidade onde comercializam o peixe capturado. E, como os cardumes raramente ocupam posição fixa, quando voltam, os pescadores, já perderam a localização do peixe.

Outra coisa que faz o nosso trabalho ficar ainda mais difícil é a reclamação das pessoas do preço alto dos peixes, nós pegamos o peixe, mas nunca vendemos direto pro “povo” sempre tem um atravessador que compra na nossa mão e aí tem um depósito muito grande onde pode ser guardado o peixe e aí é que eles vendem pro pessoal no preço que achar melhor (JOÃO NUNES, depoimento, 2004; pescador filiado à CPI Z-29).

Mas, essas são condições que em tese podem ser superadas, desde que com organização e políticas públicas pertinentes e adequadas.

Durante as décadas iniciadas em 1980 e 1990, os pescadores dispunham de um prédio (mercado do peixe) administrado pela CPI Z-29. O mesmo foi construído exatamente à margem do rio, como já se afirmou antes, o qual dispunha de uma fábrica de gelo que era vendido aos pescadores profissionais a preço de custo, o que representava uma economia de até 80% na aquisição do produto se comparado com o valor de mercado. Nele também havia uma câmara refrigerada para formação de estoque e conservação do pescado dos associados, além de dispor de boxes para a exposição e comercialização da produção.

Nos tempos atuais esta estrutura já não existe. Precisamente, o prédio está praticamente destruído e a fábrica de gelo e demais equipamentos estão inativos e depositados na Secretaria de Infra-estrutura do Município (SINFRA), com graves prejuízos (Figuras 17 e 18) tanto para os profissionais de pesca, quanto para a própria comunidade. Inclusive, conforme o depoimento de Ângela Maria Barros da Silva, atual vice-presidenta da Colônia Z-

29 (julho de 2005), os compradores de peixe se obrigam a adquirir pescado comercializado no chão do cais do porto, dentro de condições sanitárias inaceitáveis.



Figura 19: Fábrica de gelo destruída no pátio da SINFRA
Fonte: CPI Z-29, 2004



Figura 20: Compressor da fábrica de gelo abandonado na SINFRA
Fonte: CPI Z-29, 2004

É de se ressaltar, como já citado nesta dissertação, que o prefeito municipal destinou outro local para a comercialização de pescado, precisamente no bairro de Nova Imperatriz, um dos mais populosos da cidade, mas que por ser distante da beira-rio, certamente

adicionaria um custo a mais ao valor do peixe, ou seja, o do transporte. Além disso, o mercado construído há vários anos, jamais funcionou adequadamente, mesmo tendo uma estrutura considerável para atender às necessidades da comercialização de produtos, inclusive de carnes e peixes. No entanto, é de se ressaltar também que este centro de comércio de produtos jamais recebeu a adesão do público consumidor, que às vezes se desloca quilômetros para realizar suas compras no Mercado Vicente Fritz, um dos mais antigos e mais sortidos da cidade, mas que não tem tradição na comercialização de pescados. Uma exceção quanto a este mercado é o comércio de peixes e crustáceos marítimos e peixes produzidos em cativeiro.

Assim, para os pescadores locais, a alternativa apresentada pelo prefeito era e é insatisfatória, uma vez que se disporia de uma estrutura física até melhor que a do mercado do peixe localizado na beira-rio, mas não se contaria com o consumidor. Por sua vez, esta situação perdura, mas com uma outra administração municipal, a CP entende que é possível negociar. E sua proposta é a de que se recupere o prédio do antigo Mercado do Peixe, seus equipamentos e, portanto, se volte à comercialização do pescado nesse local.

Neste ponto, é de se ressaltar que de fato a diminuição de espécies preferidas pelo consumidor de Imperatriz no contexto do rio Tocantins é preocupante. Dentre as espécies que ocorriam em abundância ao longo de todo o rio e que atualmente são escassas, estão o pacu, a dourada,²² a matrinxã, o filhote e o surubim,²³ algumas das principais de toda a região amazônica. E, certamente, esta situação constitui-se em desdobramento das alterações ambientais e da sobre-exploração ocorridas nas últimas décadas, todas de natureza profunda e abrangente, o que demanda soluções a curto prazo, tanto em termos ambientais como socioeconômicos e culturais.

Nestes termos, uma presença mais efetiva do MMA, do IBAMA e da SEAP em Imperatriz enquanto polo socioeconômico regional seria muito desejável e importante. De fato, muitos dos entrevistados fizeram referências, ainda que fragmentadas, à necessidade de investimento no setor pesqueiro local, tanto quanto à recuperação do potencial pesqueiro e das matas ciliares do rio Tocantins, como de financiamentos com juros baixos e capacitação e assessoria técnica. Mas, essa é uma questão que só o futuro próximo poderá responder, o que por certo dependerá em muito da capacidade organizativa dos próprios pescadores artesanais locais e de outras categorias envolvidas nesse *métier*.

²² Esse é um peixe da região amazônica, mas abundante no rio Tocantins até fins da década iniciada em 1970 e início da década seguinte, cuja espécie é uma das poucas que sobrevivem em águas salgada e doce.

²³ Este último é um bagre que, na idade adulta, pode alcançar até vinte quilos, mas na atualidade, os poucos espécimes capturados dificilmente ultrapassam dois ou três quilos.

7 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os seres humanos, ao que se sabe pelo menos desde o momento em que começaram a desenvolver a capacidade de pensar, têm tido uma relação conflituosa com a natureza, que às vezes é vista como aliada e às vezes como inimiga a ser combatida e submetida aos seus interesses. Decorre daí a necessidade de organização deste ser, primeiro em pequenos agrupamentos que tinham nos deslocamentos constantes uma de suas características, depois em grupos maiores e fixos, o que facilitava a segurança diante das intempéries naturais e também dos predadores. Esses pequenos grupos assim mais protegidos começaram a proliferar de forma abundante, o que deu origem às aldeias, aos povoados, aos burgos e muito mais tarde às cidades.

Porém, nem tudo se mostrou fácil para os seres humanos assim organizados, pois quanto maior o grupo, maior a demanda por alimentos, o que desencadeou a procura de alimentos de forma mais racional, o que viria contribuir de modo definitivo para o surgimento da primeira revolução agrícola e pecuária. Estas atividades produtivas, ao contrário da caça, da pesca e da coleta de folhas, flores, frutos raízes e tubérculos, se caracterizam como mais danosas ao equilíbrio ambiental. Dentre outras razões, pode-se indicar o aumento considerável de indivíduos de uma mesma espécie, no caso, a humana, a que desenvolveu a técnica necessária à exploração dos recursos naturais, mas então com pouca preocupação com os efeitos de sua ação. De todo modo, a comparar-se aos tempos e sociedades posteriores, eles causavam impactos ambientais bem menores.

É, pois sob essa perspectiva que se analisou a relação dos seres humanos que habitaram desde sempre a região pertencente à bacia hidrográfica do rio Tocantins, o qual, como se pode deduzir, contribuiu de modo definitivo para a reprodução biológica e cultural dos mesmos. No entanto, dentro de situações ecológicas favoráveis, eles, a exemplo das nações indígenas, viram seu *modus vivendi* e *modus operandi* transmudados com a chegada dos colonizadores de origem européia, cuja influência foi decisiva não só para a alteração dos hábitos culturais, mas até para a extinção de nações inteiras, seja pela ação guerreira, pela disseminação de doenças ainda desconhecidas dos indígenas, seja pela aculturação.

E a pensar-se na pesca e na capacidade de organização quanto à preservação e conservação dos recursos e à possibilidade de reprodução biológica e cultural com base nela, é de se problematizar a questão da degradação ambiental como algo mais geral. E a tomar-se o exemplo do Brasil, afirma Maciel (2003, p. 17), que “A cronografia sobre a degradação ambiental no [país], registra que ela começou em abril de 1500, com a chegada aproximada de

1.100 homens portugueses, que em 1º. de maio, fizeram uma gigantesca cruz de madeira e abriram uma clareira na mata para a celebração da segunda missa, no Brasil”. Assim, com a chegada de europeus e/ou de brasileiros à região tocantina maranhense, os impactos ambientais foram intensificados.

No que se refere à área centrada por Imperatriz, a história do povoado de Santa Teresa demonstra que esse processo foi ocorrendo num crescendo. O mesmo foi construído às margens do rio Tocantins, cujas margens também serviram para os primeiros empreendimentos econômicos locais. E estes podem ser identificados como a pesca e a caça de subsistência, a agricultura, a pecuária, o extrativismo vegetal e, ainda, da extração do ouro e de pedras preciosas, a pesca comercial, a indústria madeireira etc. Conseqüências dramáticas ocorreriam ao longo desses processos, com o desmatamento das áreas ciliares, com diversos danos para a procriação e manutenção das espécies naturais desse rio e afluentes, o assoreamento de seu leito e a poluição de suas águas, a destruição das demais florestas, como a de terra firme. E por fim, essa cidade se tornaria o maior núcleo urbano na região.

De fato, com a expansão do sistema de produção capitalista, os pequenos cursos de água, como os riachos, os lagos e as lagoas que serviam de berçário e fonte de alimento para os peixes, foram totalmente degradados. Os rios e os riachos que cortam as aglomerações urbanas e que fazem foz no Tocantins foram poluídos com toda espécie de lixo e dejetos produzidos pelos seres humanos que habitam Imperatriz e a região. A isso se seguiu o ideal desenvolvimentista do país, incrementado pelo uso da tecnologia, como é o caso da construção de barragens para alimentar usinas hidrelétricas, cujo fim é suprir a demanda cada vez maior por energia elétrica. À época, essas usinas eram compreendidas como fonte limpa de energia, portanto, pouco impactante ao ambiente, mas não se levava em conta seus desdobramentos negativos para a sociedade.

Tal fato, aliado à despreocupação das empresas construtoras com a viabilização da transposição de barragens – como a de Tucuruí – por peixes migratórios, resultou na escassez do pescado, outrora abundante. Essa realidade vem tendo prejuízos significativos tanto para os pescadores, quanto à sociedade como um todo. O rio Tocantins – que propiciou o desenvolvimento da vida humana e de suas riquezas –, agora, silenciosamente, pede socorro. Os pescadores profissionais ou amadores, quando lançam seus instrumentos de pesca no leito desse rio outrora farto, agora esperam o “milagre” da captura, mesmo que para a própria sobrevivência ou para o lazer.

Essa constatação tem levado os pescadores, principalmente os artesanais, ao entendimento de que se impõe não apenas preservar, mas recuperar os danos provocados

pelos seres humanos ao Tocantins, bem como em toda sua bacia. Nesta direção, o primeiro passo para isso seria a organização dos pescadores em uma instituição capaz de influenciar nas decisões a respeito de políticas públicas que visem preservá-lo e recuperá-lo e aos seus afluentes. De fato, pelo menos juridicamente, os pescadores estão organizados em colônia, mas até agora isso se mostrou ineficiente ante as limitações impostas por um sistema de produção que desconsidera a importância da preservação/conservação de recursos naturais, como os pesqueiros.

Por certo, no capitalismo e em sua versão global atual, o objetivo maior é a acumulação individual ainda que de modo corporativo, e não a manutenção coletiva. Assim, a CPI Z-29, a despeito da boa vontade de seus dirigentes e afiliados, tem dificuldades quanto a uma existência sustentável. Precisamente, pouco ou nada seus dirigentes têm podido influenciar nas decisões políticas acerca da utilização dos recursos naturais e especialmente do pescado produzido pelo rio Tocantins.

Toda essa situação, no entanto, tem servido para uma reflexão por parte da comunidade, particularmente da pesqueira e de categorias envolvidas na comercialização do pescado em Imperatriz e, porque não dizer, no país e no mundo. Isso é bem verdade quanto a relação com o rio, mas isso não basta e pode significar que os tocantinenses tomaram consciência de sua ação predatória em relação ao rio Tocantins. Mas, como diz Freire (1980), é ainda mera consciência da realidade e não ainda uma conscientização, pois enquanto a primeira serve para a constatação, a segunda pode ajudar na intervenção.

Como ensina Freire (1980, p. 26),

A conscientização implica ultrapassarmos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica [...]. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. [...] Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. [...] A conscientização está baseada na relação consciência-mundo.

E, a experiência tem demonstrado que em âmbito local, mesmo quando as pessoas utilizam o rio como fonte de sobrevivência, como é o caso dos pescadores artesanais que têm consciência da ação maléfica dos seres humanos em prejuízo na natureza, essa consciência não os impede de praticar a pesca predatória. Por certo, se o peixe não cai na rede de malha 14, lança-se ao rio uma rede malha quatro mesmo com a consciência dos danos ambientais, o que confirma a falta de conscientização referida por Paulo Freire.

Nesses termos, a preservação/conservação/recuperação dos recursos naturais tem que passar por políticas públicas, não só de financiamento de recursos, mas também de educação voltada à classe dos pescadores artesanais, bem como a toda a comunidade de Imperatriz e de toda a área de atuação da CPI Z-29. Embora isso venha a se constituir num fato isolado, pode ser o primeiro passo para a solução do problema, a qual passa também por uma obra simples e relativamente barata na barragem da hidrelétrica de Tucuruí. A respeito, tem-se a proposta de construção de uma escada para sua transposição pelos cardumes, isto na época da piracema. Mas, neste aspecto, que falem os especialistas e os laudos técnicos.

Diante de tudo isso, é possível concluir que os problemas provocados pela ação humana ao rio Tocantins têm solução, embora isso demande tempo, pesquisa científica, aporte de recursos e promoção da educação ambiental. Também, há de se viabilizar capacitação para a utilização de tecnologias para a reprodução de espécies naturais do rio em laboratório e/ou em cativeiro. Em tese, as águas do próprio rio poderiam ser utilizadas para a produção de peixes em tanques-rede, ou para abastecer tanques construídos em suas margens, após os respectivos estudos de impacto ambiental.

Por certo, qualquer mudança quanto à realidade investigada vai depender de articulações e de interesses políticos diversos. Desse modo, a atuação da CPI Z-29 precisa passar por uma autocrítica de parte de filiados e da direção, bem como suas alianças políticas. Nesta direção, a presença do Estado através de políticas e ações pertinentes também se impõe porque a pesca é uma questão central quanto às políticas de preservação/conservação de recursos, de abastecimento alimentar e de geração de renda, o que é estratégico para a humanidade. Mas, mais que conclusões, essa dissertação revela que, todavia, há muito espaço para muitas outras pesquisas no mesmo campo e nesse espaço amazônico e ribeirinho.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Org.). *Classes médias e políticas no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. de. *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81.
- ANDERY, M. A. et al. *Para compreender a ciência* 10. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2001.
- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Editora Escala, 2004.
- BARROS, Edelvira M. M. *Imperatriz, memória e registro*. Imperatriz: Ética Editora, 1996.
- BAYLEY, P. B. Aquatic environments in the Amazon Basin, with an analysis of carbon sources, fish production, and yield. In: DODGE, D. P. (Ed.) Proceedings of the International Larger River Symposium. *Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci.* Ottawa v. 106, p. 399-408, 1981.
- BERGER, P. L.; LUCKMAM, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BORDA, O. F. *Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular*. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. p. 42-62.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.
- _____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Brasília, 2005.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Brasília, 1992.
- _____. *Portaria n. 471 de 26.12.1973 – Aprova o estatuto para as colônias de pescadores*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1973. (Publicação avulsa não paginada).
- CAMPOS, A. J. T. *Movimentos sociais de pescadores amazônicos* In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. de. *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993. p. 231-242.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CETRA, Maurício. *Ecologia da pesca artesanal no médio rio Tocantins, Imperatriz (MA)*. 1998. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1998.
- DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática, 1983. 287p.

Enciclopédia de Imperatriz. 150 anos: 1952-2002. Editor e Redator: Edmilson Sanches. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. 274p.

FURTADO, Lourdes G. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: MPEG, 1993a. 486 p. Ilustrado.

_____. “Reservas pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexão a partir de uma proposta de pescadores do médio Amazonas. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. de. *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993b. p. 243-276.

_____. et al. *Repertório documental para a memória da pesca amazônica*. Belém: MPEG, 2002. 241 p. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira).

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991* 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUXLEY, T. H. *Evolution and ethics*. New York: D. Appleton and Co, 1894.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

JUNK, W. J. *As águas da Região Amazônica*. In: AMAZÔNIA desenvolvimento, integração e Ecologia São Paulo, Brasiliense; CNPq. 1983.

LEITÃO, Wilma. *O pescador mesmo - um estudo sobre os pescadores e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

MACÊDO, Jurivê. Pesca e pescados. In: *Imperatriz 150 anos*. Imperatriz: Ética, 2002.

MALINOWSKI, B. *Giornale di un Antropologo*. Roma: Armando Editore, 1992 (ed. orig. 1967).

MALTHUS, T. R. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação pratica*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANESCHY, M. C. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: D’INCAO, M. N., SILVEIRA, I. M. (Org.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994. p. 251-258.

_____.; ALENCAR, E. F.; NASCIMENTO, M. I. *Pescadoras em busca de cidadania*. São Luis/MA: MONAPE, 1995. (Financiamento: Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE).

_____. *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: UFPA, 1995. 167p.

MARANHÃO. *Agenda positiva do estado do Maranhão*. São Luís, 1999. Disponível em: <amazônia.org.br>

MARX, Karl, 1818-1883. *O capital: crítica da economia política / Karl Marx: apresentação de Jacob Gorender: coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe*. São Paulo: Abril Cultural 1983. (Os economistas)

MENDES FILHO, Gildásio Álvares. *Gestão de serviços públicos com qualidade e produtividade*. In: _____; DOUGLAS, W.; SANTOS, R. (Org.). 2. ed. Niterói: 9/9 Editora Universitária (UNIVERSO). 1997.

MORAES, S. C. *Colônias de pescadores e a luta pela cidadania*. 2001. Disponível em: <<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/SergioCarSbs2001.rtf>>. Acesso em 11 abr. 2005.

OLIVEIRA, M. A. *Sobre a fundamentação*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1993.

OLIVEIRA, Roberto C. de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEIRANO, M. G. S. *Proibições alimentares numa comunidade de pescadores*. Brasília, 1975. Dissertação (Mestrado) – Instituto Central de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1975.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROSS, Jurandir L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. 2. ed. São Paulo: USP, 1998.

ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão cativa: as ilusões da consciência: de Platão a Freud*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAMAIN, E. Bronislaw Malinowski e a fotografia antropológica. In: *Pluralismo, espaço social e pesquisa*. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1995. p. 287-321.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 8. ed. Porto: Afrontamento, 1996.

SANTOS, R. V. E.; ISAAC V. J. *Caracterização da atividade de desembarque da frota pesqueira artesanal de pequena escala na região estuarina do rio Caeté, município de Bragança-Pará-Brasil*. Belém: UFPA, 2003. 69p. (Laboratório de Biologia Pesqueira e Manejo de Recursos Aquáticos).

SILVA, P. C. M. O problema da pesca no Brasil. In: *Estudos do mar brasileiro*. Rio de Janeiro: Renes, 1972. p. 07-44.

SILVA, Ribamar. *Educação e desenvolvimento*. Imperatriz, 2005.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 196, p. 1-31, 2006a. (Ilustrado).

_____. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha Trambioca, Barcarena, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Ser. Ciências Humanas, Belém, 2006b/no prelo.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Bol. do Mus. Para. Emílio Goeldi*, sér. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 117-134, maio-ago. 2005a.

_____. Arquivo fotográfico de L. Simonian, incluindo material sobre a pesca no rio em Imperatriz. Belém, 2005b. (Acervo pessoal da autora).

_____. Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial. In: BELAS, C. A.; MOREIRA, E.; BARROS, B. (Org.). *Saber local/interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia*. Belém: MPEG/CESUPA, 2005c, p. 59-93. (Anais).

_____. (Org.). *Gestão em ilha de muitos recursos, histórias e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)*. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

_____. *Mulheres da Floresta Amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TORO, A. José Bernardo; WERNECK, Nízia. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos, 1997.

TOURAINÉ, Alain. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Org.). *Classes médias e políticas no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1991.

WELCOMME, R. L. *River fisheries*. Technical paper. Roma: FAO, 1985.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.